



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

JOSÉ HENRIQUE DE JESUS PINTO

**PERFIL SOCIAL E RACIAL DOS (AS) ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA – CAMPUS
SANTARÉM (2018-2022)**

**SANTARÉM-PA
2023**

JOSÉ HENRIQUE DE JESUS PINTO

**PERFIL SOCIAL E RACIAL DOS (AS) ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA – CAMPUS
SANTARÉM (2018-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade da UFOPA, como requisito básico para conclusão do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
Orientador(a): Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

**SANTARÉM- PA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- P659p Pinto, José Henrique de Jesus
Perfil social e racial dos (as) estudantes quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA – Campus Santarém (2018 - 2022). / José Henrique de Jesus Pinto. - Santarém, 2024.
93 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Márcio Júnior Benassuly Barros.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Licenciatura em e Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
1. UFOPA. 2. Processo Seletivo Especial. 3. Quilombola. I. Barros, Márcio Júnior Benassuly, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 378.3098115

JOSÉ HENRIQUE DE JESUS PINTO

**PERFIL SOCIAL E RACIAL DOS (AS) ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA – CAMPUS
SANTARÉM (2018-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade da UFOPA, como requisito básico para conclusão do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
Orientador(a): Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

Conceito: _____

Data de Aprovação: _____

Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros - Orientador
(GPDR/UFOPA)

Prof^a Dr^a. Ana Maria Silva Sarmiento
(DIR/UFOPA)

Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa
(IFII/UFOPA)

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua infinita e bondosa misericórdia, pois até aqui a sua mão poderosa me sustentou.

Agradeço eternamente aos meus pais, Seu Joaquim de Jesus Pinto (Seu Nenem), soldado da borracha aposentado e de pouca leitura e Dona Flausina de Jesus Pinto (dona Bela), dona de casa que não sabia ler e nem escrever e que diversas vezes falavam que jamais iriam ver um filho numa universidade. Eu, por diversas vezes, sentado assistindo as aulas, me lembrava de cada um de vocês e sempre que tinha oportunidade, enchia meu peito de orgulho pra contar um pouco sobre a vida de vocês. Pai, Mãe é por vocês que estou aqui.

A minha esposa Josieny Carvalho (Pedagoga), por ser minha encorajadora e parceira nas horas difíceis, aos meus filhos Hannah Carvalho e Asaph, pois sempre que o pensamento de desistir batia na porta, era neles que eu pensava em me tornar um exemplo.

Ao meu primeiro Professor, Professor Mário Fernando Martins Bentes, a quem eu tenho grande estima e admiração por seu trabalho e amor como educador.

Ao professor Luis Fernando de França que sempre apontou um horizonte diferente, não só a mim, mas para muitos estudantes quilombolas que ingressavam por meio do PSEQ e até mesmo aqueles que sonhavam em ingressar na universidade.

E como não agradecer a cada um dos professores aqui da Universidade que, mais que os ensinamentos acadêmicos, nos acolheram em diversas situações que surgiram aqui na universidade.

Aos meus amigos Edy, Jarly, Diana, Sara, Lauro, Kaio, Marlon, nosso grupo de amigos que sempre estávamos fazendo trabalhos em equipe. Agradecer ainda, em especial minha amiga Darlene Branches, por ter norteados os meus primeiros passos.

Por fim, quero agradecer a cada um que, direta ou indiretamente, esteve presente nesse processo de aprendizagem. Cada um teve sua imensa importância para que eu aqui chegasse com êxito. Minha eterna gratidão a todos.

*“Quando nós falamos tagarelando E
escrevemos mal ortografado. Quando nós
cantamos desafinando e dançamos
descompassado. Quando nós pintamos
borrando e desenhamos enviesado. Não é por
que estamos errando. É porque não fomos
colonizados.”* – Nego Bispo.

RESUMO

O perfil Social e Racial dos estudantes quilombolas matriculados na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) entre 2018 e 2022, reflete a diversidade e a representatividade desse grupo na instituição. Considerando que os quilombolas são descendentes de africanos escravizados que se estabeleceram em comunidades autossustentáveis no Brasil, é possível afirmar que os estudantes quilombolas matriculados na UFOPA, que ingressaram através do processo seletivo especial quilombola, representam uma parcela significativa da população negra descendente de escravos e de baixa renda da cidade de Santarém e das demais regiões. Em termos socioeconômicos, é provável que muitos estudantes quilombolas enfrentem desafios relacionados à falta de acesso a recursos financeiros, educação de qualidade e oportunidades de desenvolvimento em suas comunidades. Além disso, a presença de estudantes quilombolas na UFOPA pode indicar um progresso na luta por igualdade de acesso ao ensino superior e na promoção da diversidade étnico-racial na universidade, uma vez que suas lutas estão sempre pautadas em suas conquistas pelo território. Do ponto de vista racial, é importante ressaltar que os estudantes quilombolas contribuem para a construção de uma universidade mais inclusiva e representativa, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira e o enfrentamento do racismo estrutural. A presença dos estudantes quilombolas na UFOPA fortalece o debate sobre a necessidade de medidas e de ações afirmativas para garantir a equidade no acesso e permanência de pessoas negras no ensino superior. Em resumo, o perfil social e racial dos estudantes quilombolas matriculados na UFOPA, entre 2018 e 2022, aponta para a importância de se ter um processo seletivo especial para quilombolas, da promoção da diversidade étnico-racial e para a necessidade de políticas de ações afirmativas inclusivas que garantam a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua origem racial e social.

Palavra Chave: UFOPA, Processo Seletivo Especial, Quilombola.

ABSTRACT

The Social and Racial profile of quilombola students enrolled at the Federal University of Western Pará (UFOPA) between 2018 and 2022 reflects the diversity and representation of this group at the institution. Considering that the quilombolas are descendants of enslaved Africans who settled in self-sustainable communities in Brazil, it is possible to state that the quilombola students enrolled at UFOPA who entered through the special quilombola selection process, represent a significant portion of the black population descended from slaves and from low-income families. income of the city of Santarém and other regions.

In socioeconomic terms, many quilombola students are likely to face challenges related to a lack of access to financial resources, quality education and development opportunities in their communities. Furthermore, the presence of quilombola students at UFOPA may indicate progress in the fight for equal access to higher education and in the promotion of ethnic-racial diversity at the university, since their struggles are always based on their conquests for the territory. From a racial point of view, it is important to highlight that quilombola students contribute to the construction of a more inclusive and representative university, promoting the appreciation of Afro-Brazilian culture and combating structural racism. The presence of quilombola students at UFOPA strengthens the debate about the need for measures and affirmative actions to guarantee equity in the access and permanence of black people in higher education. In summary, the social and racial profile of quilombola students enrolled at UFOPA, between 2018 and 2022, points to the importance of having a special selection process for quilombolas, the promotion of ethnic-racial diversity and the need for affirmative action policies inclusive programs that guarantee equal opportunities for all students, regardless of their racial and social origin.

Keyword: UFOPA, Special Selection Process, Quilombola.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Comunidades Quilombolas de Santarém-Pa.....	59
Quadro 03:	Universidades Construídas No Brasil 2013-2014.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Ufopa Campus Tapajós sede dos institutos: ICS, IEG, ISCO, IBEF, ICTA em Santarém-Pa.....	66
Figura 02	Ufopa unidade Rondon sede do instituto: ICED em Santarém.....	66
Figura 03	Turma do Cursinho Quilombola em Santarém-Pa.....	67
Figura 04	Turma do Cursinho Quilombola em Oriximiná-Pa.....	67
Figura 05	Sexo dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	68
Figura 06	Cursos por unidade acadêmica Campus UFOPA-Santarém-Pa.....	73
Figura 07	Recepção dos Calouros Indígenas e Quilombolas no quilombo de Murumurutuba-ano de 2019.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Entrada de quilombolas através do Pseq/Ufopa de 2015-2023.....	36
Gráfico 02	Entrada de quilombolas através do Pseq/Ufopa de 2015-2022.....	37
Gráfico 03	Ingresso de quilombolas pelo Pseq/Ufopa em Santarém 2018-2022.....	53
Gráfico 04	Comunidade de origem dos estudantes quilombolas na Ufopa em 2015-2018.....	64
Gráfico 05	Municípios de origem dos estudantes quilombolas na Ufopa em 2015-2018.....	64
Gráfico 06	Instituto de Ciências da Educação-ICED.....	68.
Gráfico 07	Instituto de Ciências da Sociedade-ICS.....	69
Gráfico 08	Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas-ICTA.....	69
Gráfico 09	Instituto de Biodiversidade da Floresta-IBEF.....	70
Gráfico 10	Instituto de Engenharia e Geociências-IEG.....	70
Gráfico 11	Instituto de Saúde Coletiva-ISCO.....	71
Gráfico 11.1	Instituto de Formação interdisciplinar e intercultural.....	71
Gráfico 12	Sexo por ano de entrada dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	72
Gráfico 13	Matriculados por unidade acadêmica dos estudantes quilombolas no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	72
Gráfico 14	Evolução do ano de ingresso dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	75
Gráfico 15	Quantitativo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	76
Gráfico 16	Status dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	77

Gráfico 17	Status dos estudantes quilombolas matriculados no ICED, campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	78
Gráfico 18	Status dos estudantes quilombolas matriculados no ICS campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	78
Gráfico 19	Status dos estudantes quilombolas matriculados no IBEF campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	79
Gráfico 20	Status dos estudantes quilombolas matriculados no ICTA campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	79
Gráfico 21	Status dos estudantes quilombolas matriculados no IEG campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	80
Gráfico 22	Status dos estudantes quilombolas matriculados no ISCO campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	80
Gráfico 22.1	Status dos estudantes quilombolas matriculados no IFII campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	81
Gráfico 23	Status geral dos estudantes quilombolas matriculados nos seis institutos do campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	81
Gráfico 24	Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no ICED-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	82
Gráfico 25	Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no ICS-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	83
Gráfico 26	Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no IBEF-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	83
Gráfico 27	Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no ICTA-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	78
Gráfico 28	Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no IEG-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....	85

Gráfico 29 Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no ISCO-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....85

Gráfico 30 Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no IFII-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022.....86

LISTA DE SIGLAS

ACREQARA	Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombo de Arapemã
ACREQSARA	Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombo de Saracura
AMRQARM	Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo do Arapemã Residentes no Maicá
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AQMU	Associação Quilombola de Murumurutuba
ARCQUIPATOS	Associação de Remanescentes de Quilombo de Pastos do Ituqui
ARQBOMJA	Associação de Remanescentes Quilombolas do Bom Jardim
ARQMU	Associação de Remanescente Quilombola de Murumuru
ARQNOVI	Associação de Remanescentes de Quilombo de Nova Vista do Ituqui
ARQRSI	Associação Remanescente de Quilombo de Nova Vista do Ituqui
ARQSJI	Associação Remanescente de Quilombo de São José do Ituqui
ARQTININGU	Associação de Remanescentes Quilombolas do Tingu
ARQUIVALENTINA	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Maria Valentina-Ituqui
CEQ	Coletivo de Estudantes Quilombolas
CFI	Centro de Formação Interdisciplinar
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CPPS	Comissão Permanente de Processos Seletivos
DAA	Diretoria de Ações Afirmativas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio

ENEQ	Encontro Nacional dos Estudantes Quilombolas
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FOQS	Federação das Organizações Quilombolas de Santarém
GEMAA	Grupo de Estudo Multidisciplinar de Ação Afirmativa
IBEF	Instituto de Biodiversidade e Floresta
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICED	Instituto de Ciências da Educação
ICS	Instituto de Ciências da Sociedade
ICTA	Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas
IEG	Instituto de Engenharia e Geociências
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFII	Instituto de Formação Intercultural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISCO	Instituto de Saúde Coletiva
JUBs	Jogos Universitários Brasileiros
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros
MEC	Ministério da Educação
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores na Educação Básica
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROEG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROGES	Pró-Reitoria de Gestão Estudantil
PROINQ	Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas
PSE	Processo Seletivo Especial
PSEI	Processo Seletivo Especial Indígena
PSEQ	Processo Seletivo Especial Quilombola
PSR	Processo Seletivo Regular
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UEFS	Universidade Federal de Feira de Santana
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFERSA	Universidade Federal do Semi-Árido
UFESBA	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFFS	Universidade Federal de Fronteira do Sul
UFGD	Fundação Universidade Federal de Grande Dourado
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFVJM	Universidade Federal dos Vales Jequetinhonha e Mucuri
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americano
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR QUILOMBOLA BRASILEIRO.....	20
1.1 Políticas de ações afirmativas estudantil quilombola na Universidade Federal do Oeste do Pará.....	29
1.2 Política de permanência estudantil quilombolas na Universidade Federal do Oeste do Pará.....	37
CAPÍTULO 2 – DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR QUILOMBOLA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ.....	42
2.1. Processo Seletivo Especial Quilombola (2018-2022): aspectos normativos	44
2.2. Processo Seletivo Especial Quilombola (2018-2022): origem dos estudantes.....	51
CAPÍTULO 3 – PERFIL SOCIAL E RACIAL DOS (AS) ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ NO CAMPUS SANTARÉM (2018-2022).....	59
3.1. Perfil social e racial dos estudantes quilombolas por unidades acadêmicas no campus Santarém.....	59
3.2. Perfil social e racial dos estudantes quilombolas por cursos no campus Santarém	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERENCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar minha introdução, gostaria de compartilhar um pouco da minha trajetória até aqui. Eu sou José Henrique de Jesus Pinto, sou o 13º filho do Seu Neném (Joaquim de Jesus Pinto) e da Dona Bela (Flausina de Jesus Pinto) meu pai era soldado da borracha aposentado e sempre trabalhou na roça e na extração da “*boracha*” (ele falava com esse “r” arrastado), minha mãe era bisneta de escravos que moravam no quilombo de Saracura, era a única filha de pele branca dos meus avós, cabelos ondulados e cheios de cachinhos que ela cuidava com muito amor, minha mãe não tinha estudo nenhum. Eu me lembro dela conversar com meu pai que eles jamais iriam ver um filho na universidade, o custo era muito alto e em alguns casos, teria que ir pra outro estado estudar. Meu irmão, Natal de Jesus Pinto (10º filho), foi o primeiro a concluir o ensino Fundamental e isso já era motivo de muito orgulho pra gente. Eu comecei a fazer da alfabetização à quarta série na Escola São Sebastião, no quilombo Murumurutuba, com o Professor Mário Fernando Martins Bentes e pra concluir as etapas finais, do quinto ao oitavo ano, tínhamos que nos deslocar para comunidade de São Raimundo da Palestina que ficava a duas horas e meia de viagem, percurso feito a pé, esse deslocamento de uma comunidade para outra para estudar é comum até os dias atuais.

Como eu sempre fiz questão de falar, sempre que tive a oportunidade, eu sou o primeiro na minha família a cursar o ensino superior, meu irmão Albino de Jesus Pinto é o segundo, os demais irmãos não tiveram a mesma oportunidade que nos tivemos e essa oportunidade só foi possível, graça as políticas públicas do governo federal através do presidente Luís Inácio Lula da Silva, das articulações da Federação das Organizações Quilombolas e da política de ações afirmativas da UFOPA.

Minha vida acadêmica iniciou em 2017, após passar em primeiro lugar no processo seletivo especial quilombola, para o curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Estive a frente da coordenação do Coletivo de Estudantes Quilomolas-CEQ por dois anos e durante esses dois anos, em 2018 após a universidade suspender 42 bolsas e finalizar outras 54 bolsas de estudantes indígenas e quilombolas, decidimos unir forças e ocupar a universidade, não com o intuito de prejudicar quaisquer aluno, mas entendíamos que naquele momento a política de permanência da universidade precisava ser ajustada e a única forma para que isso acontecesse, era uma construção coletiva entre universidade, indígenas e quilombolas. Enviamos representantes à Brasília, até porque o Brasil passava por uma transformação política

bastante negacionista para as classes sociais e após aproximadamente um mês as bolsas foram “devolvidas” novamente.

Na universidade também estive participando como bolsista PIBIC do projeto sobre o Perfil Social e Racial dos Estudantes Quilombolas da Ufopa, sobre a coordenação do Professor Luis Fernando de França (ICED) e participo até os dias atuais como voluntário do Programa A Hora do Xibé, projeto vinculado ao Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, sobre a coordenação do Professor Florêncio Vaz (ICS). Muito prazer, sou José Henrique de Jesus Pinto, quilombola, filho do Seu Neném e da Dona Bela, irmão caçula do Sebastiao, Humberto, Antônio, Flávio, Jaime, Albino, Manoel, Florzina, Lúcia, Natal, Nazareno, Joaquim.

Nesse trabalho de conclusão de curso buscamos analisar o perfil social e racial dos estudantes quilombolas matriculados na Ufopa, campus de Santarém-PA, do ano de 2018 à 2022, ingressantes através do Processo Seletivo Especial Quilombola-PSEQ/UFOPA. Desde o início do processo seletivo especial quilombola em 2015, apenas uma pesquisa sobre o perfil social e racial dos estudantes quilombolas havia sido realizada na Ufopa, sobre a orientação do Professor e Doutor Luis Fernando de Franca (ICED), desde então poucas informações se sabe sobre a permanência desses estudantes no ensino superior da Ufopa.

Objetivo geral da pesquisa é analisar o perfil social e racial dos (as) estudantes quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) – campus Santarém entre 2018-2022.

Os objetivos específicos são: a) analisar as políticas de ações afirmativas no Ensino Superior Quilombola Brasileiro; b) analisar o acesso ao Ensino Superior Quilombola na Universidade Federal do Oeste do Pará; c) analisar o perfil social e racial dos (as) estudantes quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará no campus Santarém (2018-2022).

O procedimento metodológico se consistiu de um levantamento bibliográfico e documental sobre a temática da pesquisa.

CAPITULO 1: POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR QUILOMBOLA BRASILEIRO

Passaram-se mais de quinhentos anos desde a chegada dos primeiros escravos no Brasil, arrancados pelos europeus de sua pátria mãe, até os dias de hoje essa sombra do passado ainda bate à porta dos herdeiros desse que foi o maior ato de opressão, chamado de escravidão. Desde então os herdeiros desse desastroso e desumano ato ainda convivem com essas cicatrizes deixadas nos lombos daqueles que um dia construíram a nossa história. Se até a simples manifestação de quaisquer atos que fizesse referência à sua origem era duramente reprimidas pelos seus senhores, como seria possível pensar em liberdade uma vez que a escravidão enclausurava não somente o “tronco”, mas toda a sua forma de viver e pensar.

No Módulo 2 – História do Negro no Brasil-Curso de Formação para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras (CEAO/UFBA), o autor reforça esse pensamento ao afirmar que:

No Brasil, a condição jurídica dos escravizados seguia a mesma norma do direito romano, a de “coisa” (...). A coisificação jurídica do escravizado fazia parte de uma estratégia de dominação que buscava desumanizar os escravizados e que ao mesmo tempo em que os destituía de todos os direitos criava uma ideologia de subalternidade, segundo a qual eles seriam incapazes de refletir e contestar a própria condição. (AMARAL, 2011, p.13)

Tal ato reflete principalmente no que diz respeito ao acesso à educação e falamos aqui não do acesso ao Ensino Superior, mas do acesso à educação básica, do negacionismo do ensino da disciplina de História do Brasil, mecanismos importantes para que a população negra tivesse acesso a sua real situação como indivíduo que veio arrancado da sua terra e, vindo parar em terras distantes é obrigado a se sujeitar a uma condição desumana de servir, segundo artigo História da Educação do Negro e Outras Histórias (2005) Cavalheiro, (2005, p.9) afirma:

Em 9 de janeiro de 2003, a Lei n o 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394), instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas.

Segundo Romão (2005, p.11), esse atraso, proposital ou não, justifica a ausência de material publicado sobre a situação ou condição do negro na educação brasileira, deixando-os sempre nos porões do neoliberalismo social, que padroniza ou tipifica para quem e para que se abrirá determinadas oportunidades, a trajetória escolar do negro é determinada exclusivamente por seu esforço pessoal, não se levando em consideração os processos históricos que impediram ora o acesso, ora a permanência e, em muitos contextos, o acesso e a permanência ao mesmo tempo, deste segmento no sistema educacional. Essa ausência de informações, não significa que o povo negro não tenha história, mas sim que houve, de forma intencional, uma omissão dessas histórias por parte dos dominadores.

Dentro desse contexto, nós abordaremos o processo de implantação das políticas de ações afirmativas no Ensino Superior para quilombolas no Brasil, porém é importante ressaltar que esse processo de luta histórica ele inicia com a luta dos quilombolas pela titularidade de suas terras, pois somente a partir desta titulação ou demarcação desses territórios é que se inicia o debate por outras políticas públicas que, de alguma maneira e de forma organizada passam a fazer parte da pauta de reivindicações desse grupo. Para Xavier (2002), a luta dos quilombolas é a partir da titularidade das terras, juntamente como uma busca incansável por uma educação contextualizada que mostre a verdadeira história e contextualize as bases como forma de geração de conhecimento.

É importante ressaltar que foi somente através da Lei de Cotas, ou seja, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que o ingresso a universidade se tornou um sonho possível para pessoas que se autodeclaram negras, pardas, indígenas e pessoas com deficiência, a Lei de Cotas partia do princípio da diminuição da desigualdade e descaso impostos aos negros no Brasil.

Mesmo com a criação da Lei De Cotas, talvez a provocação ainda precisaria partir de um outro princípio: Qual a situação educacional ou o acesso ao ensino esses grupos atendidos como prioritários por essa lei tiveram na educação básica, quais mecanismos de ensino lhes foram repassados e sobre quais condições enfrentariam ao ingressar no Ensino Superior?

Para responder esses questionamentos é que surgem as políticas de ações afirmativas, que de acordo com Brandão (2005) a discussão das ações afirmativas

surgiu pela primeira vez em 1940, nos Estados Unidos da América período do “então presidente Franklin Roosevelt”. Nessa fase a política vem à tona na perspectiva de proibir “via decreto, a discriminação racial contra negros nos processos de seleção de pessoal para a ocupação de cargos no governo (BRANDAO, 2005, p.3)

No Brasil a política de ações afirmativas, passou a ser discutida a partir de 2002 e vinha dentro dos debates sobre a diminuição das desigualdades causadas pelo regime de escravidão, mas também para outros grupos minoritários e historicamente discriminados.

Para Rocha, *et al* (2019,p.116)

As políticas públicas de ações afirmativas são um desses mecanismos criados para minimizar essa exclusão histórica. Em 2002, no âmbito da Administração Pública Federal, foi criado o Programa de Ações Afirmativas, que fomentou medidas de incentivo à inclusão de mulheres, afrodescendentes e portadores de deficiência. Em 2012, criou-se a Lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, garantindo a reserva de 50% das matrículas por curso e turno, sendo 25% das vagas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, 25% para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio e, ainda, um percentual para pretos, pardos e indígenas, conforme o último Censo Demográfico do IBGE de cada região.

Ainda segundo Gomes (2001, p.06) as ações afirmativas.

(...) constituem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização de princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade.

Partindo do princípio da igualdade que impõe aos poderes públicos um tratamento igualitário à todos os seres humanos perante a lei, as políticas de ações afirmativas destinam-se a diminuir não somente a desigualdade, mas as desvantagens, a falta de oportunidades que são impostas a esses grupos minoritários como negros, indígenas, quilombolas. O termo *minoría* não deve ser considerado de modo

quantitativo quando se refere a população negra, uma vez que a população brasileira é constituída em sua maioria por negros (SOUZA, 2019, p.27)

Se por um lado a lei de cotas possibilitaria a entrada de indígenas, negros e quilombolas no Ensino Superior, por outro lado, as políticas de ações afirmativas tinham como finalidade primordial reparar as injustiças históricas impostas a esses grupos ao longo da história. Estudos realizados pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação afirmativa (Freitas *et al*, 2019, p.3). Analisa as políticas de ações afirmativas para quilombolas em cursos de graduação nas universidades públicas no ano de 2019. A pesquisa é direcionada por duas questões principais: 1) qual é o estágio dessas políticas em quesitos como a quantidade de vagas disponibilizadas ao grupo, a distribuição regional dessas vagas, os modelos de processos seletivos utilizados etc.; e 2) quais são os efeitos da histórica utilização política da categoria “quilombola” nos rumos desse tipo específico de ação afirmativa? Freitas *et al*,(2019, p.3). No mesmo artigo os autores afirmam que:

Os principais resultados apontam que: a) as políticas de ação afirmativa para quilombolas nas universidades públicas são pouco impactantes em termos de vagas disponibilizadas; b) elas não constituem uma política nacional, pois estão concentradas em poucos estados; e c) seus processos seletivos são pouco divulgados, e, não raro, com regras difíceis de serem compreendidas. (FREITAS *et al* 2019, p.3).

Ao que se refere às vagas destinadas exclusivamente pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) aos estudantes quilombolas da região de Santarém, alguns critérios do regimento interno de cada quilombo, algumas vezes acaba se tornando uma barreira para quem almeja ingressar no Ensino Superior através do Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ), conforme aponta o artigo da revista GEMAA (2021), “a pouca divulgação dos processos seletivos especiais”, Freitas *et al*, (2019, p.41) também é uma das barreiras que dificulta esse acesso.

No Brasil a primeira instituição de Ensino Superior a disponibilizar uma política específica para quilombolas foi a Universidade Federal da Bahia-UFBA, em 2005, por meio da resolução nº01 de 2004, do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). (FREITAS *et al*, 2019, p.22)

No caso das instituições estaduais, a pioneira foi a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), localizada em Ilhéus, também no estado da Bahia. A UESC implementou cotas para quilombolas em seus quadros em 2007, a partir da resolução n.º 64, de 21 de dezembro de 2006. (FREITAS *et al*, 2019, p.23)

Nas universidades públicas brasileiras, os processos seletivos destinados exclusivamente para o preenchimento de vagas na graduação por estudantes quilombolas são ainda recentes e se concentram basicamente nos últimos 8 (oito) anos.

Campos (2016, p.76) realizou uma sistematização dos processos de seleção para quilombolas nas universidades nacionais. Considerando as 05 regiões do país, a autora listou 11 ocorrências e as descreveu por modalidade de ação afirmativa. São elas: a) reserva de vagas: Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; b) vagas extras: Universidade Federal da Bahia e Universidade de Goiás; c) vagas adicionais: Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade do Sudoeste da Bahia; d) vagas suplementares: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Tocantins; e) criação de vagas: universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal do Rio Grande. Ao descrever cada modalidade, a pesquisadora apresenta ainda os dispositivos normativos que regulamentam a oferta de vagas para quilombolas em cada uma das instituições citadas.

Com base em informações encontradas nos sites institucionais, em documentos e em trabalhos acadêmicos, acrescentamos a compilação de Campos (2016) outras universidades: na UFOPA, o Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ) foi criado em 2014; na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) foi instituído em 2016 e o primeiro processo seletivo específico ocorreu em 2017. O processo seletivo específico para moradores de comunidades remanescentes de quilombos da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) também foi iniciado em 2017. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) iniciou um processo seletivo especial para quilombolas em 2017. Mas, em 2019, a seleção específica foi suspensa.

Ainda que outras instituições de Ensino Superior possam ser incluídas nesta atualização, registramos que uma parcela significativa das experiências de discussão, normatização e implementação de políticas de acesso específicas para quilombolas foi institucionalizada entre os anos de 2012 e 2017. É válido destacar que em 29 de agosto de 2012 a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, sancionou a Lei n° 12.711, a

chamada de “Lei de cotas”, que reservou vagas com recorte social e racial nas universidades e institutos federais. Trata-se, sem dúvida, de um marco no processo de democratização do Ensino Superior público no Brasil. Todavia, ainda que esta Lei tenha garantido maior acesso da população negra às universidades públicas, em relação às comunidades quilombolas o alcance dessa reserva de vagas foi bastante limitado e a situação pouco se alterou em termos de acesso. Resulta daí a insatisfação do movimento quilombola, como bem descreve Lourenço (2016, p. 46-47) ao tratar da articulação das comunidades mato-grossenses:

A avaliação dos quilombolas ressaltou que a Lei 12.711/2012 não estava contemplando as especificidades históricas, étnicas, culturais e políticas dos jovens quilombolas, em outras palavras, a política de cotas raciais não contemplava toda a pluralidade étnica-cultural própria das 97 comunidades quilombolas, situadas nas áreas rurais e nas áreas periféricas das cidades do estado de Mato Grosso.

Assim, como resultado desses movimentos de “formulação, negociação, tensionamento e monitoramento” (RIBEIRO, 2014, p. 307), o ingresso contínuo de quilombolas nas universidades públicas tem se tornado realidade em algumas instituições somente nos últimos anos. Com efeito, também considerando a dimensão recente dessa política afirmativa, são também reduzidos no Brasil os trabalhos que se debruçam sobre a análise da situação acadêmica desses estudantes na graduação. São ainda mais incipientes, as pesquisas quantitativas e qualitativas que já sistematizaram especificamente o perfil social e estudantil do(a) aluno(a) quilombola que tem ingressado nas universidades públicas brasileiras.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES - 2018, realizada pela ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), a mais abrangente que temos, realiza uma leitura com recorte social e racial dos(as) estudantes de graduação das IFES e ainda traz alguns dados específicos sobre os(as) estudantes quilombolas. Na leitura dos dados que estamos apresentando, realizamos algumas aproximações gerais com os indicadores gerais do estudo da Andifes, bem como alguns índices nos quais os(as) quilombolas são mencionados(as) no conjunto dos(as) graduandos. De todo modo, o relatório da V Pesquisa ressalta o crescimento acentuado no número de quilombolas:

No cruzamento entre a cor ou raça do (a) graduando (a) e sua faixa de ingresso na IFES, nota-se uma tendência de decréscimo da participação de brancos (as) e amarelos (as) ao longo dos anos e aumento de pardos (as) e pretos (as), com a exceção do ano de 2018, ano em que há uma sutil reversão desta tendência, explicada pelo fato da V Pesquisa ter sido realizada no primeiro semestre de 2018, quando apenas uma parte das vagas por cotas havia sido preenchida. Pretos (as) quilombolas praticamente dobraram sua proporção e indígenas aldeados (as) tiveram um aumento de 81,5% ao longo do período de ingresso, ainda que a participação relativa e em ambos os grupos seja bastante baixa no contingente estudantil. (ANDIFES, 2018, p. 55, grifo nosso)

Ainda assim, essa incipiência de estudos pode ser compreendida como parte de um processo social de invisibilização dos estudantes dentro das próprias instituições. É o que salienta Campos (2016, p. 96) ao destacar que:

a invisibilidade desses sujeitos acontece até nos dados institucionais, sempre que solicitado o quantitativo de quilombolas matriculados na universidade, a unidade responsável não sabia informar, devido a não sistematização dessas informações, ou seja, esses estudantes não aparecem no sistema da instituição [...].

Temos um acúmulo razoável hoje e essas não são menos importantes para este trabalho de pesquisas que focalizam o histórico e a importância das Ações Afirmativas e do acesso da população negra ao Ensino Superior no Brasil. Carvalho (2006, p. 12-13), por exemplo, fala da inclusão de negros e indígenas no Ensino Superior como parte de uma necessária postura institucional antirracista:

O racismo brasileiro é tão crônico, abrangente e consistente, que se reproduz em todas as áreas da vida social, e também no interior da instituição universitária[...]. Todas as universidades começam a ser pressionadas pelos movimentos negros e indígenas e pela frente antirracistas para posicionar-se diante do tema. O debate das cotas politiza, portanto, o espaço acadêmico e exige um posicionamento claro de todos os que dele participam. Já não é mais possível invocar o argumento da neutralidade científica ou do desconhecimento.

Na mesma linha, Amador de Deus (2008, p. 255) trata a política de ações afirmativas nas universidades e o “sistema de cotas” como resultados da luta histórica do movimento negro, dos herdeiros de Ananse¹:

Nesta perspectiva, o papel do fio/ação movimento negro, foi de fundamental importância para que o sistema de cotas se constituísse e se afirmasse como uma proposta consequente e passível de ser implementada. Significa dizer que a proposta vingou porque possuía substância e fazia parte dos anseios de mais da metade da população brasileira. E mais, se por um lado, o ‘sistema de cotas’, nas Universidades vem, progressivamente, ganhando espaço no debate público nacional, no contexto das políticas de ação afirmativa; por outro, o ‘sistema de cotas’, traz consigo, o tema do combate à discriminação e às desigualdades raciais. Com isso, vem crescendo a convicção de que, para a construção de uma efetiva democracia racial no país, é necessária uma intervenção por parte do Estado brasileiro. Neste sentido o ‘sistema de cotas’ para negros nas Universidades brasileiras é consequência de uma longa caminhada marcada pela ação contínua de luta dos herdeiros de Ananse, que ao longo desse árduo processo se não pelo convencimento, mais, pelo constrangimento, de setores dominantes, conseguiu romper barreiras institucionais e afirmar a legitimidade das políticas de ação afirmativa e do ‘sistema de cotas’.

Entretanto, especificamente sobre a implementação de ações afirmativas para quilombolas no Ensino Superior brasileiro, os trabalhos são ainda incipientes e muitas questões ainda necessitam de reflexão e formulação científicas, como já mencionamos. Neste estudo, registramos, por exemplo, o trabalho de Lourenço (2016) que discute o processo de mobilização e negociação de uma política de reserva de vagas específicas para quilombolas na UFMT.

Em relação aos trabalhos que já iniciam uma avaliação crítica sobre a situação acadêmica de estudantes quilombolas que estão na universidade, destacamos um conjunto de entrevistas conduzido por Monteiro, Boaventura e Alves (2015) com estudantes indígenas e quilombolas da UFPA e a pesquisa de mestrado de Campos (2016), que avaliou as trajetórias e as condições sociais e acadêmicas de um grupo de

estudantes quilombolas que ingressaram na mesma universidade nos três primeiros anos no processo seletivo especial (2013-2015).

As entrevistas de Monteiro, Boaventura e Alves (2015) revelam questões relacionadas os processos seletivos especiais, bem como um cenário de situações e dificuldades acadêmicas que certamente exigem avaliação, monitoramento e intervenção institucional. É o caso, por exemplo, da fala da estudante Leila Cardoso diante da seguinte pergunta: “Como a UFPA poderia melhorar sua política de apoio à permanência dos estudantes quilombolas em suas graduações?”. Assim responde a quilombola:

Acho que começaria com o acesso ao computador. Deveria ter um local destinado à alunos indígenas e quilombolas para que nós pudéssemos estudar, porque muitos de nós não tem acesso a computador e internet na comunidade onde vive. Por isso, a maioria de nós não sabe como operar um computador e ele se torna um bicho de sete cabeças. O apoio ao aluno quilombola e indígena é importante para nós vencermos as dificuldades que são geradas lá atrás, na nossa formação básica (MONTEIRO; BOAVENTURA; ALVES, 2015, p. 307).

Em sua dissertação de Mestrado, Campos (2016, p. 88) descreve problemas semelhantes vinculados à trajetória educacional de estudantes quilombolas que ingressaram na UFPA. Ao tratar da formação básica nas comunidades, a partir dos relatos dos(as) alunos(as), a pesquisadora aponta que:

(...) nas falas dos estudantes quilombolas aqui citados é notório que Educação Escolar Quilombola enquanto uma modalidade de ensino necessita ser melhor implementada nas comunidades, no sentido de assegurar a qualidade da educação nas escolas quilombolas, principalmente com relação à profissionalização docente.

Uma leitura atenta destes dois trabalhos possibilita a visualização de questões diretamente relacionadas ao perfil social e racial dos(as) estudantes quilombolas que estamos discutindo neste artigo, ainda que não seja esse o propósito principal dos estudos citados. É o caso das “trajetórias” de quilombolas sistematizadas por Campos (2016). Na pesquisa, a autora, por mais que tenha feito a escuta de cinco

estudantes, apresenta índices para uma caracterização social mais ampla dos quilombolas que ingressaram na UFPA. A precariedade da Educação Básica oferecida nos territórios é um desses índices sociais. Vinculado a esse problema está a própria representação que os(as) estudantes fazem na Universidade, pois no dizer de Campos “as representações construídas pelos estudantes quilombolas sobre a universidade, antes do ingresso, estão sempre relacionadas à situação educacional dos quilombos e na busca por melhorias em suas comunidades” (CAMPOS,2016, p. 91).

O mesmo é possível inferir das entrevistas de Monteiro, Boaventura e Alves (2015, p. 308). A quilombola Leila Cardoso descreve as condições econômicas vivenciadas por muitos (as) outros (as) alunos (as) quilombolas que estão ingressando no Ensino Superior:

[...] o aluno entra e passa três meses sem a bolsa, esperando o resultado do edital da UFPA. E muitos não têm como se manter sem a bolsa, já que os pais são trabalhadores rurais e encontra-se longe. Outra dificuldade é o acesso. Muitos desistem por que não conseguem vir todo o dia para a UFPA. Muitos que estudam no turno da noite vão para a roça de manhã. Então, ter que vir estudar e chegar em casa meia-noite para, pela manhã, ir para a roça e, de tarde, voltar para a universidade, tudo isso, dificulta muito. (MONTEIRO; BOAVENTURA; ALVES, 2015, p.308)

Reconhecer e compreender essas realidades é passo fundamental para qualquer instituição que deseja, além de garantir o acesso, implementar uma política afirmativa séria que assegure a permanência e a progressão do(a) estudante quilombola. E é justamente à luz dessa funcionalidade que ancoramos neste trabalho de conclusão de curso.

Na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Resolução de N° 200, de 08 de Junho 2017, instituiu a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial e estabeleceu diretrizes para a instituição do Instituto de Formação Intercultural (IFII). É importante enfatizar que cada universidade tem a sua própria autonomia para criar políticas de ações afirmativas que leve em consideração além das especificidades de suas regiões, bem como para qual público essa política deverá ser destinada. No entanto, essas políticas de acesso ao Ensino Superior só se tornam possíveis devido à grande provocação por parte dos representantes desses

grupos, no caso de Santarém por meio da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém-FOQS entidade que representa as doze comunidades quilombolas da região.

Theodor Lowi (1964) afirma que a política pública faz a política, ou seja, cada tipo de política vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição, e que as disputas e discussões em torno de sua decisão passam por diferentes âmbitos de discussão. Portanto, a implantação de uma política pública enfrentará disputas de poder que historicamente precederam as conquistas de direitos das minorias sociais.

Então, entende-se que, mesmo que as políticas de ações afirmativas destinadas a negros e quilombolas no Ensino Superior possam vir como uma “política de compensação” ou de “reparação” de danos causados historicamente a esses grupos, sem a provocação daqueles que os representam, jamais seriam postas em prática.

1.1 Políticas de ações afirmativas estudantil quilombola na Universidade Federal do Oeste do Pará.

“Mas quando Bela, nossos filhos nunca vão poder estudar numa faculdade um dia” (Seu Neném)

Ingressar numa instituição de Ensino Superior não é uma empreitada fácil para os estudantes quilombolas, Tiara Melo (2018), em sua dissertação de pós-graduação para a Universidade Federal da Bahia chama a atenção para a trajetória desses estudantes para um olhar mais sensível, pois as dificuldades vivenciadas nas tentativas de acesso ocasionam o retardo da entrada desses estudantes no Ensino Superior, uma vez que a única forma de acesso era através do ENEM. Para a autora, embora a Lei de Cotas 12.711/2012, tenha sido um divisor de águas para educação superior, algumas universidades só lograram êxito na política de acesso dos estudantes quilombolas por meio de suas próprias resoluções; No mesmo artigo a autora cita o exemplo de uma aluna que apesar de diversas tentativas em fazer o ENEM, obtinha nota insuficiente:

Não foi fácil porque eu formei em 2010 e tentei o ENEM a primeira vez e não tive sucesso de passar. Tentei o vestibular da UEFS, perdi por meio ponto em redação. Aí depois eu tentei o vestibular da UEFS novamente e perdi novamente. O Enem tentei e na segunda vez eu perdi, e perdendo

sucessivamente duas vezes no Enem, e sucessivamente no vestibular da UEFS eu resolvi trabalhar. Quando eu fiz o Enem eu lembro que minha nota não foi tão boa em matemática. Ciências da Natureza e suas Tecnologias também eu não fui tão boa. E aí eu comecei a me desesperançar de novo. (MELO, 2018, p.74)

Ainda nesta perspectiva, refletimos sobre como as informações para o acesso ao Ensino Superior chegam até os alunos nas escolas públicas em razão da ausência de orientações no Ensino Médio o que faz com que os estudantes não incluam o Ensino Superior como projeto de futuro (HERINGER, 2014). Uma das possíveis justificativas para que esse fenômeno ocorresse foi apresentado na pesquisa sobre o perfil dos estudantes quilombolas da UFOPA, apresentado por França, Santos e Pinto (2020, p 16) apontou que:

[...] Nesse sentido, ainda que pais e mães quilombolas apresentem uma visível tendência de desvantagem educacional, a situação de imobilidade educacional dos homens quilombolas parece-nos mais intensa. É válido pensar nas causas desse descompasso educacional, no acesso de homens e mulheres quilombolas à Educação Básica e nas questões econômicas e sócio-culturais que podem estar envolvidas na problemática.

Outro fator importante é o acesso ao Ensino Médio, em muitas comunidades quilombolas a educação básica vai até o Ensino Fundamental, o que leva alguns estudantes a percorrerem certa distância, em alguns casos a dificuldade de acesso também está ligada a própria geografia da região, que também é desfavorável para a chegada nas escolas onde são ofertados o Ensino Fundamental e Médio. Ainda de acordo França, Santos e Pinto (2020).

[...] A dificuldade ainda de acesso ao Ensino Médio em nossa região e a não continuidade imediata dos estudos após a conclusão da Educação Básica são aspectos que compõe esse quadro excludente das comunidades (FRANÇA; SANTOS; PINTO, 2020, p.13)

Levando em consideração a realidade dessas famílias que dependem da pesca e da roça para o seu sustento, atividade típica dos quilombos, a educação não é prioridade e a dificuldade do acesso à educação de qualidade é outro fator determinante e que corrobora para entrada tardia na universidade, outro fator que também impede a

entrada desses estudantes na universidade é o fato de que, mesmo sendo quilombola, ter que comprovar a sua condição diante das universidades (MELO, 2018).

Por isso, acreditamos que o Processo Seletivo Especial, viesse de alguma forma, não facilitar, mas de certa maneira amenizar a lacuna deixada entre o Ensino Médio e o Ensino Superior; ressaltamos mais uma vez que esse feito só foi possível por causa da constante insistência do próprio movimento quilombola em Santarém representado pela Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) que na época tinha a frente lideranças como o senhor Dileudo Guimarães (Bom Jardim), seu Aldo (Saracura), seu Bena (Tingu) e seu Antônio Pinto (Murumurutuba).

Na UFOPA para o estudante participar do processo seletivo especial quilombola ele precisa se declarar como quilombola e dentre outras documentações, obrigatoriamente apresentar as seguintes declarações:

- I. Autodeclaração étnico-racial devidamente assinada, a qual se declara remanescente de comunidade quilombola;
- II. Declaração de sua respectiva comunidade que o/a candidato/a reside em comunidade remanescente de quilombo, assinada por pelo menos 1 (uma) liderança reconhecida pela comunidade ou comprovante de residência de comunidade quilombola. (UFOPA, 2018, p.2)

Essas declarações, apesar de serem importantes, não garantem a participação nos processos seletivos no caso de o candidato não corresponder ao que rege o estatuto interno do seu quilombo de origem, citamos aqui o que rege o Art.3º do Estatuto da Associação Remanescente de Quilombo de Nova Vista do Ituqui (ARQRSI).

Art. 3º São considerados aptos a serem associados, os quilombolas, os filhos destes e demais moradores que residem e/ou vierem a residir na área do quilombo São Raimundo do Ituqui, [...] observado neste último caso a decisão da Assembleia Geral quanto à possibilidade ou não de reingresso de remanescentes egressos do quilombo, antes da titulação da ARQSRI.

Da mesma forma o Estatuto da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Maria Valentina-Ituqui (ARQUIVALENTINA) em seu Capítulo II, Art. 5, onde se lê:

São considerados associados da ARQUIVALENTINA, os remanescentes de quilombo que integram e/ou vierem a integrar os Quilombos de São Raimundo, São José e Nova Vista, maiores de 16 anos, e que concordem com os termos do presente Estatuto Social e Regimento Interno.

É importante ressaltar que são doze comunidades quilombolas: Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu. Na Região de rios: Arapemã, Saracura, Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui, São Raimundo do Ituqui, Patos do Ituqui, Surubiaçu e um quilombo dentro da área urbana: Pérola do Maicá. Porém, os estatutos possuem redação unificada o que permite uma compreensão melhor por parte dos seus associados, todavia e como já citado acima, muitos desses jovens quilombolas precisaram sair de seus quilombos de origens vindo para a cidade em busca de emprego e estudo e nesse processo acabam perdendo o vínculo como associados, sendo readmitidos somente depois de se apresentarem em assembleia geral, o que acontece uma vez por mês, e participar de no mínimo três assembleias consecutivas, ou seja, mesmo fazendo parte de um quilombo é preciso seguir as normas preestabelecidas por cada estatuto para somente assim gozarem de toda política que é destinada para as comunidades quilombolas de Santarém.

A região amazônica é uma das regiões mais ricas em todos os aspectos, seja ela por sua biodiversidade ou até mesmo pelo povo que aqui habita bem antes da chegada dos portugueses nessa rica e vasta região. Uma universidade implantada no meio da Amazônia e que atendesse a peculiaridade das populações tradicionais que nela habita, bem como implementar políticas de ações afirmativas com uma perspectiva que levasse em consideração o saber e o conhecimento dos seus habitantes, seria um grande desafio a ser enfrentado por quem gere as ações transformadoras do nosso país.

A luz desse pensamento nasce em 05 de novembro de 2009 a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), por meio da Lei nº 12.085. Para Sousa (2019) a UFOPA é a:

Terceira Universidade federal criada no estado do Pará e a primeira no interior da Amazônia, a Ufopa surge como resultado de um processo histórico construído por diversos atores sociais ao longo de mais de três décadas de tentativas de consolidação da educação superior pública em uma cidade interiorana, encontrando finalmente aporte político, econômico e

social a partir do ano de 2007 com o alinhamento partidário nas três esferas dos poderes executivos e com a implementação de projetos destinados à expansão das universidades federais brasileiras para o interior dos estados (SOUSA, 2019, p.145),

A UFOPA nasce então do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da unidade descentralizada do Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA, sendo a primeira instituição pública de Ensino Superior fora da capital Belém. Para Sousa (2019), a criação da UFOPA faz parte do programa de expansão das Universidades Federais e foi fruto de um acordo de cooperação técnico firmado entre Ministério da Educação-MEC e Universidade Federal do Pará-UFPA, no qual prevê a ampliação do Ensino Superior na Amazônia.

A UFOPA que tem como Missão: “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento da Amazônia”, a qual vai exatamente ao encontro às necessidades dos povos que habitam nessa região; tem como Visão: “Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento”; e o seu Princípio de Valor é: “Respeito, pluralismo, responsabilidade social, transparência, identidade institucional, interdisciplinaridade, lealdade, profissionalismo e ética”. É importante mencionar o tripé ideológico da UFOPA até mesmo para, além de entender sua Missão, Visão e Valores compreender se na prática esse viés está indo de encontro com a sua conduta. Para exemplificar a prática desse tripé usaremos a implantação da Política de Ações Afirmativas, dentro desse contexto, especificamente para estudantes quilombolas de Santarém, onde estão localizados as doze comunidades remanescentes de quilombo assim distribuídas, na região de planalto: Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu. Na Região de rios: Arapemã, Saracura, Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui, São Raimundo do Ituqui, Patos do Ituqui, Surubiaçu e um quilombo dentro da área urbana: Pérola do Maicá. Segundo o último censo demográfico do IBGE-2022, somente aqui em Santarém com uma população de 331,937 habitantes, destes 4,363 se autodeclararam como quilombolas. Faz-se importante saber sob quais aspectos políticos sociais esses quilombolas estão inseridos dentro da cidade de Santarém, mais especificamente dentro da universidade.

Apesar da Lei 12.711/2012, ou lei de cotas, já prevê que as universidades públicas federais reservem, no mínimo 50% das vagas destinadas a estudantes que

terminaram o ensino médio em escolas pública, negros, pardos ou indígenas, conforme exposto em seu Art.1º:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

O Art.3º por tanto reitera a importância da autodeclaração que as comunidades quilombolas exigem dos interessados em ingressar no Ensino Superior:

Art. 3º Em cada instituição federal de Ensino Superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência [...].

O processo de ingresso dos estudantes quilombolas na UFOPA se deu através da Resolução nº 200 do CONSEPE, de 8 de junho de 2017, que instituiu a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial em seu Art.3º, lê-se a seguinte redação:

Art. 3ºA Universidade Federal do Oeste do Pará, no âmbito desta resolução, entende como “Ação Afirmativa” um conjunto de medidas e ações, específicas e especiais, necessárias para contribuir com a afirmação da dignidade, da identidade e da cultura de grupos discriminados e vitimados pela exclusão social, ocorridas no passado ou no presente, bem como a diminuição da desigualdade social.

Parágrafo Único: A política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial da UFOPA destina-se, prioritariamente, aos grupos historicamente excluídos: indígenas, negros, quilombolas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e população LGBT, com ênfase nas pessoas ingressantes através de políticas de equidade de direitos, tais como o Sistema de Cotas Sociais, o Processo Seletivo Especial e as vagas destinadas às pessoas com deficiência.

O Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ) lançado pela UFOPA através da política de ações afirmativas, lançou em 16 de Dezembro de 2014, o Edital Nº 22/2014, destinado exclusivamente para estudantes quilombolas da região de

Santarém, sendo o primeiro Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ/UFOPA-2015), com um total de 55 vagas (cinquenta e cinco) ofertadas para o campus de Santarém sendo: 12 (doze) vagas para o ICED, 11 (onze) vagas para o ICS, 8 (oito) vagas para o ICTA, 10 (dez) vagas para o IEG, 10 (dez) vagas para o IBEF e 4 (quatro) vagas para o ISCO. O diferencial do PSEQ-UFOPA é que no caso deste processo, o ingresso desses estudantes não se dá por meio da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois, tanto a prova como a redação, são de textos que estão relacionados à trajetória das comunidades quilombolas de Santarém e da região. Esse processo se dá através de duas etapas, na primeira etapa o candidato só consegue fazer sua inscrição se no ato da sua inscrição apresentar as declarações devidamente assinadas pelas lideranças do seu quilombo, a não apresentação acarretaria no indeferimento da sua inscrição e a segunda etapa se dá através da prova escrita, leitura e interpretação de texto e redação, com textos que retratam a história das comunidades quilombolas.

A UFOPA, desde sua criação, direcionou mais de 50% do total de vagas para ingresso na universidade a povos indígenas, quilombolas e população negra. Foram 2.292 vagas, sendo 311 pelo Processo Seletivo Especial Indígena-PSEI (2010-2015), 125, pelo Processo Seletivo Especial Quilombola (2015-2016) e 1.856 pelo Sistema de Cotas Étnico-Raciais do Processo Seletivo Regular (2013-2016). (UFOPA, 2018, p.6)

Para Souza (2019), a realização de um processo seletivo especial para a população quilombola é o atendimento às demandas do movimento social devido às desigualdades históricas que dificultam o acesso das comunidades negras rurais ao Ensino Superior. O quadro abaixo mostra que desde 2015 até o ano de 2023 já foram realizadas nove edições do PSEQ-UFOPA:

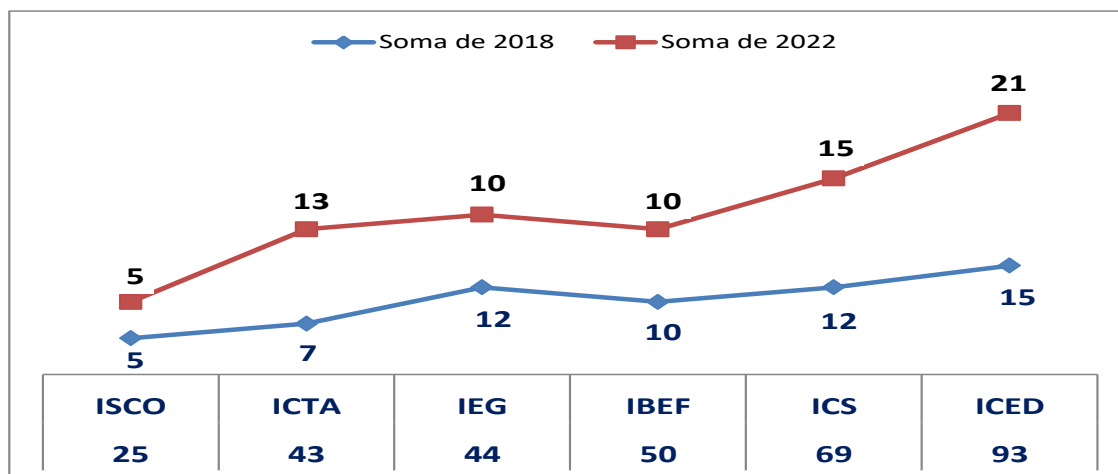
Gráfico 01: Entrada de quilombolas através do Pseq/Ufopa de 2015-2023

INST.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
ICED	12	14	15	15	15	21	21	21	21	155
ICS	11	10	10	12	12	15	15	15	15	115
ICTA	8	8	6	7	7	8	8	13	13	78
IEG	10	10	10	12	12	2	8	10	10	84
IBEF	10	10	10	10	10	10	10	10	10	90
ISCO	4	4	4	5	5	5	5	5	5	42
CFI							2	2	2	6
TOTAL	55	56	55	61	61	61	69	76	76	570

Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos editais PSEQ/UFOPA 2015-2023

O gráfico abaixo mostra progressão do acesso desses estudantes no ensino superior do ano de 2015 ao ano de 2022, com o aumento do quantitativo do número de vagas disponíveis para cada instituto.

Gráfico 02: Entrada de quilombolas através do Pseq/Ufopa de 2015-2022



Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos editais PSEQ/UFOPA 2015-2022

Nota-se que desde o primeiro processo seletivo especial quilombola, o número de vagas disponíveis por instituto ao longo dos anos tiveram um acréscimo gradativo: Instituto de Saúde Coletiva-ISCO: 25 vagas (vinte e cinco); Instituto de Ciências e Tecnologias das Águas-ICTA: 43 vagas (quarenta e três); Instituto de Engenharia Geociências-IEG: 44 vagas (quarenta e quatro); Instituto de Biodiversidade e Floresta-IBEF: 50 vagas (cinquenta); Instituto de Ciências da Sociedade-ISC: 69 vagas (sessenta e nove); Instituto de Ciências da Educação-ICED: 93 vagas (noventa e três);

O I Relatório Institucional de Acompanhamento dos Estudantes Ingressantes Do Processo Seletivo Especial Indígenas e Quilombolas realizado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) da UFPA (2022, p.10) fez a seguinte análise:

Ao ser analisado o quantitativo de ingressantes, em termos percentuais, levando-se em conta a relação entre os ingressos de indígenas e Quilombolas pelo PSE e o processo geral de ingresso da instituição, pode-se observar um crescimento significativo ao longo dos anos. Percebe-se, por exemplo, que no último ano de 2022, a participação desses dois grupos (PSE/IQ) já representa quase 8% em relação ao ingresso total da Universidade.

É possível verificar que, em 2014, o total de ingresso pelo Processo Seletivo Especial Indígena e Quilombola representava pouco mais que 1%. Em 2022, esse número já representa 7,89% do total de ingresso na instituição.

A UFOPA nas últimas edições do PSEQ deu um salto de 110% no número de vagas ofertadas para estudantes quilombolas, retrospecto positivo quando se leva em consideração o melhoramento, tanto do acesso em relação à publicação do edital, quanto a forma com a qual cada quilombo vai se preparando ao longo dos anos. Em 2018, três anos depois do primeiro PSE, o Cursinho Quilombola que até então era apenas uma iniciativa voluntária de alguns alunos e do Professor Luiz Fernando de França, passa a partir de 2018, a ser um projeto de extensão da UFOPA, com o principal objetivo de preparar os estudantes que almejavam ingressar na universidade.

Em 14 de abril de 2014, é criada a Diretoria de Ações Afirmativas (DAA) na Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES), com atribuições de: fortalecer ações afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas, implantar programas e projetos que visem a permanência dos estudantes dos diversos cursos; promover palestras, seminários, oficinas, exibição de filmes, debates, assim como outras atividades voltadas para a preparação de estudantes indígenas e quilombolas visando o nivelamento de aprendizagem Souza (2019). Ainda de acordo com Sousa (2019):

A DAA é o setor que trata e encaminha, interna e externamente, as questões voltadas aos estudantes indígenas e quilombolas ingressantes na UFOPA. Essa diretoria realiza uma importante função no âmbito institucional, pois é a referência para os quilombolas e os indígenas no que tange às demandas e as soluções de suas demandas.

A busca pela melhoria nesse diálogo entre universidade e estudantes, com o intuito de garantir tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes quilombolas na universidade resultou na criação do Coletivo de Estudantes Quilombolas da Ufopa-CEQ, que tinha como principal objetivo fazer uma ponte entre as informações que a universidade precisaria repassar para os alunos quilombolas. O CEQ da UFOPA, ao longo dos anos foi ganhando mais visibilidade e abrangência dentro da universidade passando também a participar das discussões sobre os temas que viessem a impactar direta ou indiretamente na vida dos estudantes quilombolas, direito assegurados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e do nosso Protocolo de Consulta, uma vez que a universidade também passa a fazer parte de um território

que ainda precisamos lutar e resistir para que de fato possa ser um lugar tranquilo para os demais quilombolas que vierem a entrar no Ensino Superior no futuro.

Com Santos (1978), refletimos que “espaço geográfico” e “território” são indissociáveis, visto que a utilização do território pelo povo é que cria o espaço. Nesses espaços, portanto, o homem realiza a sua vida e, nessa direção, é importante que ele seja compreendido a partir da relação de poder de que o atinge, ou seja, a mesma contradição existente no processo produtivo, com subordinados e subordinantes, existe também nesses espaços. Eles não são indissociáveis. É um espaço contraditório, pois, ao mesmo tempo em que congrega as pessoas em torno do processo produtivo, também as divide por esse mesmo processo. O território, por sua vez, é um espaço de produção de vida, de diversidade, de culturas, de trabalho etc. Nesse sentido, o espaço geográfico é formado por um conjunto integrado, solidário e também contraditório, visto que ele não está desvinculado das contradições existentes na sociedade capitalista. O espaço é uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá a vida:

“[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, 1978, p 122).

Compreender que a universidade é um território e um espaço de produção de vida, de diversidade e principalmente de cultura, segundo o autor, faz com que o processo de adaptação para muitos estudantes quilombolas que ingressam no ensino superior na UFOPA, enfrentem alguns desafios, tanto no seu dia a dia, quanto na sua nova trajetória acadêmica como é o caso do racismo institucional. O acesso à educação formal, não é a única problemática, mas questões de gênero, raça, classe, sexismo, machismo, discriminação e racismo, entre outros, estão presentes também nessas comunidades quilombolas, como em outros espaços sociais. Com isso, o reconhecimento de sua identidade é essencial para a afirmação da mulher quilombola nos espaços de poder, historicamente e hegemonicamente constituído pela supremacia branca. (OLIVEIRA, 2022, p.36).

Ainda sobre racismo, (CARNEIRO, 2004, p. 40) fala que:

Uma sociedade racista é deletéria e determinante para as desigualdades sociais entre negros e brancos em diferentes espaços sociais, no entanto para

a desconstrução dessa questão racista é necessário “[...] o reconhecimento do racismo e da discriminação racial, como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres, no Brasil”

É importante ressaltar que por força do Decreto nº 4.887, de 29 de novembro 2003 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é a autarquia competente na esfera federal pela titulação dos territórios quilombolas (Art.3º), e define em seu Art.2º, esses territórios como:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos para os fins deste Decreto, grupos étnico-raciais, segundo critério de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Os estudantes quilombolas que ingressaram na UFOPA por meio do PSE, são estudantes vindos da região do Alto Trombetas, Monte Alegre e dos quilombos de Santarém, em algumas dessas regiões a predominância da cor preta da pele é mais forte, já em outras há certo branqueamento devido a miscigenação de cada região, o que corrobora diretamente com os constantes casos de racismos na instituição.

1.2 Política de permanência estudantil quilombola na Universidade Federal do Oeste do Pará.

Com a institucionalização do PSEQ, acredito que estamos diante de um momento único de ruptura. Existem muitos entraves que ainda precisam ser resolvidos dentro da política de ingresso e, sobretudo, de permanência, mas os números não podem ser desconsiderados: a UFOPA tem hoje (incluindo os ingressantes em 2019 e 2020) cerca de 390 estudantes quilombolas regularmente matriculadas(os) nos cursos de graduação. As mães e os pais dessas (es) alunas(os) notadamente não tiveram a mesma oportunidade. (UFOPA, Políticas, concepções e práticas de ação afirmativa: reflexões a partir de uma universidade Amazônica, 2021, p. 163)

É no ensino superior que as deficiências herdadas no ensino médio aparecem para os estudantes quilombolas, as dificuldades encaradas na vida acadêmica refletem diretamente no seu desempenho e na sua permanência na universidade que apesar de abrir as portas para esses estudantes, não está preparada para acolhê-los, o que

torna a permanência no Ensino Superior um grande desafio para a universidade. Apesar da permanência está ligada, na maioria das vezes a assistência estudantil, principalmente para estudantes que estão dentro do quadro de vulnerabilidade, nota-se que essas não são as únicas dificuldades enfrentadas. Soares (2022): [...] verificou-se que as várias dificuldades desses estudantes para permanecer nos cursos de graduação advêm de barreiras sociais, culturais, psicológicas, dentre outras, resultantes das inúmeras situações que enfrentam no percurso acadêmico.

As dificuldades que esses estudantes enfrentam também estão presentes na sua adaptação em um cenário bastante diferente da realidade em que viviam dentro do quilombo, uma vez que ao vir morar na zona urbana (Santarém) a realidade e choque cultural é bastante diferente, em sua pesquisa com estudantes quilombolas do curso de direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) Soares (2022, p.29), faz a seguinte observação:

A principal dificuldade apontada pelos discentes, é para se manter na capital, construindo uma rede de sociabilidade, vivendo em outro local, fora da comunidade quilombola, distante do seu modo de vida com a descoberta de uma nova realidade. Vale ressaltar que esse processo de adaptação está relacionado também à invisibilidade que esses estudantes sofrem na universidade.

Ainda de acordo com Soares (2022), essa invisibilidade acontecia até nos dados institucionais, sempre que solicitado o quantitativo de quilombolas do curso de direito matriculados e os egressos da universidade, a unidade responsável não sabia informar, devido a não sistematização dessas informações, ou seja, esses estudantes não apareciam no sistema da instituição. Para Melo (2018) a universidade enquanto espaço formativo possibilita a aquisição do conhecimento e se traduz na possibilidade de ingressar no mercado de trabalho. O ingresso em uma instituição de ensino superior representa um momento marcado por inúmeras transformações que requer arranjos adaptativos [...]. Essa etapa é delicada na vida do sujeito pois, diferente do Ensino Médio, estar no Ensino Superior exige dele uma constante acomodação pessoal e intelectual para se tornar um universitário. Porém essas universidades já tinham em seu quadro de discentes estudantes quilombolas, no entanto por falta de uma adequação no próprio sistema, essas informações eram omitidas.

Nos últimos anos, a Ufopa vem pensando em como garantir a permanência, a qualidade e a excelência na formação acadêmico-científica desses alunos indígenas, visto que esses ainda são uns dos maiores desafios tanto para os docentes quanto para os discentes na atualidade, seja por problemas relacionados ao ensino básico que esses alunos tiveram, a má qualidade e da relação conflituosa que há entre indígenas e não indígenas que é alimentado pelo preconceito e o racismo, infelizmente (COLARES; CARNEIRO, 2020, p.73).

Em relação aos quilombolas na UFOPA, esse conflito se faz presente no cotidiano desse grupo, uma vez que, conforme destacamos acima, o “ser quilombola” não está diretamente ligada à cor da pele e sim ao seu local de pertencimento é com base nessas situações que a universidade vem aprimorando suas políticas de permanências para grupos historicamente vulneráveis.

Visando esse objetivo, a política de assistência estudantil da Ufopa vem sendo executada desde 2010 com a concessão de auxílios estudantis, contemplando diferentes áreas (moradia, transporte, alimentação e etc.), conforme critérios normatizados pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e; posteriormente, pela Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, emitida pelo MEC que cria o Programa de Bolsa Permanência do MEC;[...] (LIMA, 2022, 73.).

Em pesquisa nos sites institucionais obtivemos acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA-PDI (2019-2023), ao qual no item que trata sobre as Políticas de Acompanhamento ao Estudante, lê-se:

Visando proporcionar aos estudantes as melhores condições de desempenho acadêmico, a UFOPA oferece serviços de apoio pedagógico, psicossocial, e de caráter financeiro, pecuniário ou assistencial. Além disso, oferta programas e projetos de implementação de políticas de ações afirmativas, bem como de esporte e lazer. [...]

1) o auxílio de ajuda de custo à inserção acadêmica, para auxiliar na complementação de despesas referentes à moradia, ao transporte, à alimentação e ao apoio pedagógico;

2) o auxílio de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação;

3) o Encontro Nacional dos Estudantes Quilombolas (Eneq) e o Jogos Universitários Brasileiro (JUBs). Além disso, o estudante tem a oportunidade de pleitear bolsa no Programa de Bolsa Permanência (PBP), ação do governo federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Ifes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a estudantes indígenas e quilombolas (BRASIL, 2013), nos termos da Portaria nº 389/MEC, de 9 de maio de 2013 (UFOPA, 2019, p.87)

Nota-se que no PDI já existem políticas que estão diretamente ligadas a permanência dos quilombolas, no entanto essas políticas ainda são muito voltadas para o plano do assistencialismo e mesmo sendo importantes, a permanência desses alunos também depende da forma como a universidade vai trazer para a sua pauta questões como o racismo.

A UFOPA através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)², instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 é destinado à assistência dos estudantes da graduação conforme dispõem os Artigos 1º, 4º e 5º e em seu Art. 3º define os objetivos do Programa de Bolsa Permanência:

I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;

II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e

III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

O programa de bolsa permanência é um programa destinado aos estudantes indígenas e quilombolas que ingressaram na UFOPA, através dos seus processos seletivos especiais, no valor atual de R\$ 900,00 e a partir de abril de 2023, após seis anos o valor foi ajustado para o valor de R\$ 1.400 (hum mil e quatrocentos reais) por mês, conforme o Paragrafo 2º:

§ 2º A Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação, será diferenciada em decorrência das

especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal.

No entanto, esse processo de abertura do edital para receber o auxílio é um pouco demorado e na grande maioria das vezes o aluno fica de três a quatro meses sem receber o benefício, para suprir essa demora, a UFOPA disponibiliza uma ajuda de custo por meio de recursos advindo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), conforme se lê em seus Artigos 1º, 4º, 5º:

Art. 1º - tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

Art. 4º - as ações de assistência estudantil também devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º - atender prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010, Art. 1º, 4º, 5º).

Esse auxílio vindo do PNAES, de acordo com a Resolução nº 186 de 25 de abril de 2019, emitida pelo gabinete da Reitoria, esse valor repassado pela PBP mais o valor repassado pela universidade através dos PNAES, não podia ultrapassar o limite de 1.000,00 recebido por alunos, vale ressaltar que o valor da PBP era de 900,00, esse recurso ajuda os estudantes com algumas despesas emergências apenas, como material de higiene pessoal, material didático e no aluguel, uma vez que muitos estudantes quilombolas também vêm de outras regiões e a universidade não dispõe de um alojamento ou de uma casa do estudante para receber esses calouros. A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e a unidade administrativa da UFOPA, são responsáveis por fazer esses acompanhamentos, e os programas de assistência estudantil e propor junto com a comunidade acadêmica políticas de permanência que contribuam com a formação dos alunos.

Os auxílios de assistência financeira, bem como os demais auxílios são importantes para diminuir o distanciamento que existe entre a permanência do aluno quilombola na universidade até a sua graduação, as constantes reuniões entre a

coordenação do Coletivo de Estudantes Quilombolas (CEQ), a PROGES e a própria reitoria da universidade sempre pautava a Casa do Estudante para abrigar estudantes quilombolas que vinham de outras regiões. Souza (2019) ressalta sobre a importância da bolsa para que esses estudantes possam custear a sua moradia na cidade, sua alimentação, transporte e materiais didáticos básicos que a universidade não oferta.

“A Bolsa ela é muito importante principalmente pra gente que sai do quilombo, sem nada, tem toda essa dificuldade financeira, e minha mãe fica com meus filhos e eu ajudo, então a bolsa ajuda muito nessa questão financeira. Agora eu moro de aluguel, que nossa!! Se não fosse essa bolsa, eu acredito que já teria desistido, então a bolsa ela é muito importante pra gente se manter com certeza, e a universidade ela dá um amparo, mas não do jeito que desejaríamos, por que as vezes a universidade deixa muito a desejar nessa questão das ações afirmativas para os quilombolas né.” (Estudante Quilombola. Entrevista cedida em 17 de Dezembro de 2018). (SOUZA, 2019, p. 55)

A questão da creche, era outra reivindicação do CEQ da UFOPA, mesmo a Pesquisa sobre o Perfil social e Racial dos Estudantes Quilombolas da UFOPA (2020), ter apontado um percentual baixo quanto ao fato de ter ou não filhos, os 37% que responderam “sim” no questionário [...] Este dado parece-nos que dialoga também com o estado civil das(os) estudantes quilombolas e vai, em justaposição, constituindo uma caracterização predominante: solteiras(os) e sem filhas(os). (FRANÇA, SANTOS, PINTO; 2020, p 16).

Mesmo com os auxílios financeiros destinados aos estudantes quilombolas, a UFOPA inaugura no dia 9 de março de 2020, o restaurante universitário RU que atende discentes matriculados regularmente na UFOPA, outras ações também foram implementadas com o intuito de garantir a permanência dos estudantes, conforme cita LIMA (2022):

O restaurante passou a funcionar em momento muito delicado que o mundo tem passado ultimamente, e que de alguma forma tem impactado na vida de muitas pessoas. Foi um momento em que a economia do país teve uma queda e com isso muitos perderam o emprego, neste sentido, considera-se que o funcionamento do restaurante universitário da Ufopa foi muito oportuno, especialmente para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que frente às dificuldades do momento puderam ter esse

auxílio da universidade, contribuindo para a permanência dos mesmos nos cursos de graduação. Cabe ressaltar que nesse período de pandemia a Proges criou estratégias que contribuíram significativamente para garantir que os estudantes pudessem acompanhar as aulas de casa, como por exemplo, disponibilizar aos estudantes da Ufopa o empréstimo de Chromebook e fornecer chip com internet. (LIMA, 2022, p. 77)

Os 1.500 chips disponibilizados pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) por meio do Edital n° 31/2021/PROGES, que prevê a concessão de 1.500 chips com pacote de dados mensal de 20 GB a estudantes de graduação.

O edital integra o Projeto Alunos Conectados, do Ministério da Educação (MEC) e da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), para possibilitar aos alunos o acompanhamento das atividades acadêmicas realizadas de forma remota durante o ano letivo de 2021.

O que ficava visível, no entanto, era a dificuldade de se adaptar a uma nova forma de estudar, uma vez que, alguns alunos também não tinha habilidade sobre o manuseio das plataformas disponibilizadas para as aulas remotas, a ausência da família, bem como o convívio com os colegas de turma e a qualidade da internet, deixaram marcas na trajetória acadêmica dos estudantes quilombolas.

O ensino remoto tem deixado suas marcas... Para o bem e para o mal. Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizamos potências da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. Para o nosso campo de estudos e atuação, a reatividade que essa dinâmica vem causando compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na cibercultura. (SANTOS, 2020, s.p)

Apesar das constantes discussões a respeito do racismo institucional, a universidade vem ao longo dos anos adotando políticas mais rígidas no sentido de punir os racistas. É comum nos sites institucionais da universidade, notas sobre o posicionamento dos casos de racismo ocorridos dentro do campo acadêmico, seja ele por colegas de turma ou até mesmo por parte de professores.

Dentre as bolsas e os auxílios recebidos, bolsa permanência pago pelo MEC e o auxílio emergencial e permanência pagos pela universidade, destacamos ainda os auxílios pagos por meio das bolsas acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), no entanto na pesquisa sobre o Perfil Social e Racial dos Estudantes Quilombolas da UFOPA, realizada por França, Santos e Pinto (2020) mostrou que das(os) 158 estudantes, apenas 33 informaram que estão vinculadas(os) a alguma bolsa acadêmica (extensão, iniciação científica, monitoria e PIBID). Destaque para as bolsas de extensão (11) e de iniciação científica (11). [...] 77% desses alunos não tiveram acesso à modalidade bolsa acadêmica; um quadro preocupante, pois aponta certa invisibilidade desse grupo na universidade, e por vezes, alguns professores não gostavam de trabalhar com estudantes quilombolas, pois achava os mesmos preguiçosos e desinteressados, professor Luiz Fernando de França, era um dos poucos professores que se empenhava em desenvolver projetos de pesquisas voltados para quilombolas na universidade. Nesse sentido, Munanga (2003, p. 8) diz:

O racismo é tão profundamente radicado no tecido social e na cultura de nossa sociedade que todo repensar da cidadania precisa incorporar os desafios sistemáticos à prática do racismo.

Portanto, é importante ressaltar que além do papel de apoio financeiro que os estudantes quilombolas recebem através das bolsas, este mesmo suporte também serve como um estímulo para formar mais pesquisadores dentro dos próprios quilombos, no entanto para que esses mecanismos funcionem corretamente, faz-se importante o olhar mais atento da universidade para essas políticas de permanência destes estudantes.

CAPÍTULO II. DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR QUILOMBOLA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ.

O acesso ao ensino superior para as classes minoritárias no Brasil, possivelmente não fazia parte da estratégia daqueles que dominavam o país, se por um lado ter um filho cursando o Ensino Superior em uma universidade era motivo de orgulho, para muitos filhos de pobres, negros, indígenas e quilombolas, o fato de entrar em uma universidade pública era motivo de festa. Para o povo quilombola, em específico os quilombolas de Santarém, ter um filho numa universidade, além de ser motivo de orgulho, também faz parte de um sonho coletivo, pois há esperança de que

esse estudante, de alguma forma venha a dar um retorno à sua comunidade depois de formado e contribua com as discussões que afetam a vida e a permanência dentro do quilombo como, as grandes construções e o avanço desenfreado do agronegócio em territórios quilombolas. O percurso para se chegar ao Ensino Superior não depende somente do esforço do aluno e encurtar esse caminho é o principal papel das políticas de ações afirmativas das instituições de ensino superior no Brasil.

No Brasil durante o período de 2003 a 2014, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foram construídas 16 (dezesesseis) universidades federais no país, conforme quadro abaixo:

Quadro 03: Universidades Construídas No Brasil 2013-2014

NOME DA IFES	REGIÃO	SEDE DA UNIVERSIDADE
Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL	SE	Alfenas-MG
Universidade Federal dos Vales Jequetinhonha e Mucuri-UFVJM	SE	Diamantina-MG
Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM	SE	Uberaba-MG
Universidade Federal do Semi-Árido- UFERSA	NE	Mossoró-RN
Fundação Universidade Federal do ABC-UFABC	SE	Santo André-SP
Fundação Universidade Federal de Grande Dourado- UFGD	CO	Dourados-MS
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB	NE	Cruz das Almas-BA
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA	S	Bagé-RS
Universidade Federal de Fronteira do Sul- UFSS	S	Chapecó-SC
Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA	N	Santarém-PA
Universidade Federal da Integração Latino Americano- UNILA	S	Foz do Iguaçu-PR
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB	NE	Redenção-CE
Universidade Federal do Oeste da Bahia- UFOB	NE	Barreiras-BA
Universidade Federal do Sul da Bahia- UFESBA	NE	Itabuna-BA
Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará- UNIFESSPA	N	Marabá-PA
Universidade Federal do Cariri- UFCA	NE	Juazeiro do Norte-CE

Fonte: Datapédia (2017) apud Camargo e Araújo (2018, p. 8)

Para Yuane Rodrigues (2021, p.25):

Indígenas e Quilombolas também tem o direito a educação, pois segundo a Lei Federal do Brasil nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, estabelece a inclusão do incluir currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Já a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, do Ministério da Educação, define que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica devem estar baseadas está na memória coletiva, nas línguas reminiscentes, nos marcos civilizatório, nas práticas culturais, nas tecnologias, formas de produção de trabalho, nos festejos, tradições e outros.

Na Universidade Federal do Oeste de Pará, além do Processo Seletivo Regular (PSR) que utiliza notas do Enem, existem também outras duas formas de ingresso, o Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) e o Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ). A UFOPA teve o seu primeiro processo seletivo para as vagas de graduação apenas em 2010, sob a responsabilidade da UFPA e somente em 2011 a UFOPA teve então o seu próprio processo seletivo, aderindo 100% aos alunos que realizaram o Enem, não realizando provas de vestibular no formato tradicional. Vale destacar que mesmo com a aplicação da Lei de Cotas para as universidades, a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que define que as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e as instituições federais a reserva de 50% das vagas para as políticas de ações afirmativas na modalidade de cotas, mesmo assim ainda não atendia as reais necessidades dos grupos historicamente excluídos, como indígenas e quilombolas que residem nos entorno de Santarém, tendo em vista as dificuldades que esse público tem do acesso à educação básica, seja pela distância entre comunidade/aldeia e escola, ou até mesmo pelo acesso tardio ao Ensino Médio.

2.1. Processo seletivo especial quilombola (2018-2022): aspectos normativos.

Para atender à essas demandas através das políticas de ações afirmativas, além do Processo Seletivo Regular (PSR), a UFOPA cria em 2010 o Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) e somente em 2015 é lançado o primeiro edital do Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ), os PSE passam então a ser uma importante porta de entrada para indígenas e quilombolas no ensino superior da UFOPA, que atualmente tem 550 (quinhentos e cinquenta) alunos indígenas e 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) alunos quilombolas regularmente matriculados nos cursos de graduação da

universidade (UFOPA, 2022, p.27). Para Soares (2022) [...] o Processo Seletivo Especial (PSE) para quilombolas representa uma conquista dos estudantes das comunidades quilombolas, como resultado de vários anos da luta do Movimento Negro, já que o acesso à universidade, pouco ocorreu pela ótica da democratização do ensino nas instituições públicas e privadas.

Dessa forma, o PSEQ da UFOPA é destinado exclusivamente para quilombolas e exerce um importante papel para o ingresso desses estudantes no ensino superior, pois nivela o abismo que existe entre os estudantes que concluíram seus estudos no Ensino Médio em escolas particulares, com os estudantes quilombolas que não tiveram a mesma oportunidade, pois segundo Soares (2022, p. 23):

Logo ainda que seja pela política de cotas sem a reserva de vagas, o acesso também se torna desleal porque o que se percebe na hora de ingressar em uma universidade pública, é que a concorrência com alunos fora do processo especial que tiveram suas vidas estudantis toda em escolas particulares por exemplo, passa por uma concorrência totalmente desleal em virtude de um conhecimento nivelado, enquanto o candidato quilombola não teve uma vida estudantil equiparada aos demais candidatos da capital.

Nos últimos anos a universidade vem dialogando com os representantes das comunidades quilombolas de Santarém, Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), juntamente com o Coletivo de Estudantes Quilombolas (CEQ), formas de tornar o processo seletivo especial quilombola ainda mais acessível e menos desgastante para os candidatos interessados em participar desses editais.

A Resolução 331, de 28 de setembro de 2020, aprova o Regimento de graduação da UFOPA, em seu Capítulo II do Processo Seletivo Especial, Art.19, lê-se:

Art. 191. O Processo Seletivo Especial é destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas e quilombolas para o provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Ufopa, nos termos da Lei nº 12.711/2012, do Estatuto e Regimento Geral da Ufopa e mediante as condições estabelecidas em resolução específica.

Resolução nº 369, de 9/12/2021, aprova a regulamentação para a realização dos Processos Seletivos Especiais de ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará:

Justifica-se a realização deste edital como de interesse público, haja vista objetiva atender às formas de ingresso diferenciadas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), previstas no art. 16, inciso II, da Resolução nº 177/Consepe/Ufopa, de 20 de janeiro de 2017, que Institui o Regimento de Graduação da Ufopa, bem como o art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 200/Consepe/Ufopa, de 8 de junho de 2017, que institui a Política de ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial.

O PSEQ-UFOPA é destinado à seleção diferenciada de candidatos quilombolas para o provimento de vagas nos cursos de graduação da UFOPA e que residem no quilombo ou que tenham algum vínculo parental ou cultural com uma comunidade quilombola, a partir de processo seletivo especial quilombola de 2018 à 2022, as inscrições foram via internet e deveriam seguir as seguintes orientações:

[...] 2.3 No ato da inscrição, o candidato deve assinalar o item de declaração de Autorreconhecimento no formulário eletrônico em consonância com o previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Estado brasileiro.

a) Declaração de Pertencimento emitida e assinada por autoridade quilombola, devidamente identificada (Associação Quilombola).

b) Autodeclaração de não conclusão de curso superior e/ou não vínculo com o PARFOR ou não vínculo com curso de graduação da Ufopa com ingresso pelo PSEQ. (UFOPA, 2019, p. 2)

Os candidatos quilombolas que possuem curso superior concluído ou que estejam vinculados ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor) não poderão concorrer às vagas ofertadas; também não poderão concorrer às vagas ofertadas no presente Edital de seleção, os discentes regularmente matriculados na Ufopa e que ingressaram por meio do PSEQ. A seleção ocorrerá nas seguintes fases:

Fase 1 (Eliminatória): Preenchimento do formulário de inscrições e inserção dos documentos descritos no edital;

Fase 2 (Eliminatória e Classificatória): Prova objetiva e discursiva em língua portuguesa, remota (on-line);

Fase 3 (Eliminatória): Convocação e habilitação, que consiste na entrega de documentos a fim de comprovar as informações fornecidas na inscrição.

No ato da inscrição do processo seletivo especial quilombola (UFOPA, 2015, p.2), o candidato deverá, obrigatoriamente, indicar sua primeira opção de curso e poderá ainda indicar mais três opções, dentre os cursos oferecidos neste Processo Seletivo; Cada candidato terá direito a apenas uma inscrição; A primeira opção de curso dos (as) candidatos (as) terá prioridade no preenchimento das vagas; Caso o (a) candidato (a) não seja aprovado (a) em sua primeira opção de curso, e tenha indicado outras opções, concorrerá às vagas eventualmente não preenchidas deste Edital, escolhidas em primeira opção; Caso o (a) candidato (a) indique somente uma opção, este não concorrerá às vagas não preenchidas deste Edital; Todos os dados informados no formulário de inscrição serão considerados definitivos, podendo até o final das inscrições modificar apenas o local de realização da prova e opções de cursos. O edital do processo seletivo especial quilombola também destina vagas para portadores de deficiência o qual deverá informar sua condição e apresentar laudo médico no ato da sua inscrição.

As inscrições serão homologadas por uma Comissão Permanente de Processos Seletivos (CPPS) que analisará os documentos enviados no ato da inscrição pelo candidato e procederá à homologação ou não das inscrições solicitadas e sua divulgação se dará através do endereço eletrônico da própria instituição.

A prova do processo seletivo especial quilombola é objetiva e discursiva em língua portuguesa, consistirá de cinco questões e valerá 10 (dez) pontos, sendo três questões discursivas, (valendo 3 três pontos) cada uma e duas questões objetivas, (valendo 0,5 meio ponto) cada uma, pode ser classificatória e eliminatória (UFOPA, 2019, p, 7):

Os critérios de avaliação das questões discursivas serão:

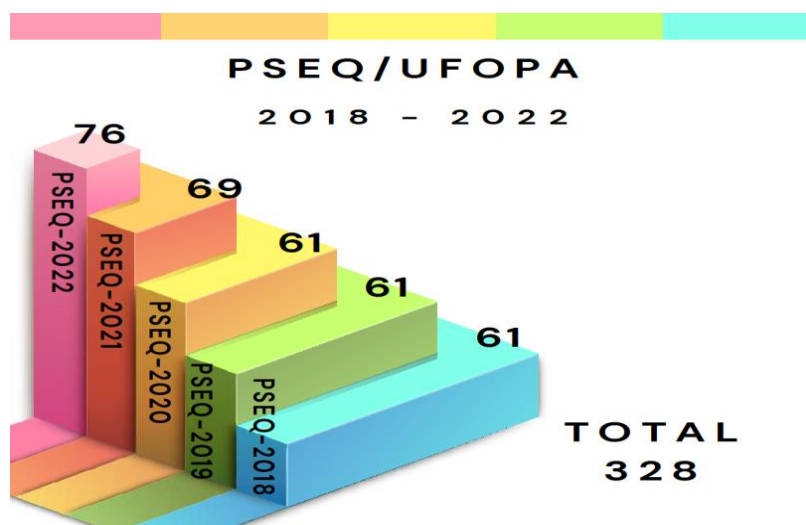
- a) Adequação da resposta ao enunciado da questão;
- b) Habilidade/competência de comunicação escrita.

O critério de avaliação das questões objetivas será:

- a) Assinalar a opção correta

O gráfico abaixo indica a quantidade de vagas ofertadas nos últimos cinco editais destinados ao PSEQ/UFOPA apenas para o município de Santarém:

Gráfico 03: Ingresso de quilombolas pelo Pseq/Ufopa em Santarém 2018-2022.



Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos editais PSEQ/UFOPA 2015-2023

O edital de 2018, 2019 e 2020 ofertaram 61 (sessenta e uma) vagas para os institutos ICED, ICS, ICTA, IEG, IBEF, ISCO e CFI. O edital de 2021 ofertou 69 (sessenta e nove) vagas e aconteceu frente a um cenário de excepcionalidade norteadado pelo Decreto Legislativo no. 06, de 12 de março de 2020, que decretou o estado de calamidade pública e emergência internacional de saúde em função da pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), que levou a adoção, de uma série de medidas legais e administrativas adicionais voltadas ao combate à pandemia, para este edital de 2021, a execução foi realizada por meio da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), com a colaboração da Comissão Permanente de Processos Seletivos (CPPS), designada pela Portaria nº 487/GR-UFOPA, de 09 de julho de 2018, em conjunto com a Comissão de Avaliação dos Processos Seletivos Especiais Indígena e Quilombola (CAPSE), designada pela Portaria nº 03/Proen-Ufopa, de 24 de maio de 2021. No PSEQ-2021 abriu duas vagas no período noturno para o Centro de Formação Interdisciplinar-CFI.

O Edital de 2022 também ocorreu frente ao cenário da pandemia Covid-19 (SARS-CoV-2), que embora apresente números mais positivos em relação à 2020 e 2021, ainda exigia a manutenção dos cuidados relacionados a adoção de excepcionalidade, norteadado pelo Decreto Legislativo nº. 06, de 12 de março de 2020, que decretou o estado de calamidade pública e emergência internacional de saúde da

doença. Este decreto levou a adoção de uma série de medidas legais e administrativas adicionais voltadas ao combate à pandemia. (Ufopa, 2022 , p.1)

Assim, o Processo Seletivo Especial (PSE) 2022 mantém a modalidade remota, pois mesmo com a situação de excepcionalidade decorrente da pandemia da Covid-19 aos poucos sendo alterada, é necessário observar que a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 e revogada em 22/04/2022, passa a vigorar em 30 dias após sua publicação. Ademais, segue a adoção de medidas de proteção de grupos de especial vulnerabilidade é recomendação da Organização dos Estados Americanos (OEA), nos termos da Resolução nº 01/2020:

III. Grupos em situação de especial vulnerabilidade, com atenção aos grupos historicamente excluídos ou em especial risco, tais como povos indígenas e afrodescendentes, entre outros. Também, no artigo 106 da Carta da Organização dos Estados Americanos e aplicando o artigo 41.b da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o artigo 18.b de seu Estatuto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos formula as seguintes recomendações aos governos dos Estados membros: Grupos em situação de especial vulnerabilidade: considerar os enfoques diferenciados requeridos ao adotar as medidas necessárias para garantir os direitos dos grupos em situação de especial vulnerabilidade no momento de adotar medidas de atenção, tratamento e contenção da pandemia da Covid-19, bem como para mitigar os impactos diferenciados que essas medidas possam gerar. (UFOPA, 2022, p.1)

Em todos os PSQ/UFOPA o candidato que no ato da divulgação parcial do resultado da sua prova, discordar da sua pontuação, poderá entrar com um recurso administrativo solicitando a revisão da sua nota e apresentar, por escrito, qual a questão ao qual está solicitando a revisão. Os critérios de avaliação das questões discursivas levarão em consideração a adequação da resposta ao enunciado da questão e a habilidade/competência de comunicação escrita; A prova objetiva será composta de duas questões com cinco alternativas para resposta (A, B, C, D, E) e o critério único de avaliação será assinalar a opção correta, de acordo com o comando da questão.

Dessa forma, o processo seletivo especial quilombola vem ao longo dos anos melhorando a forma de ingresso dos estudantes quilombolas no ensino superior

através das políticas de ações afirmativas que viabilizem esse acesso, os dados crescentes também se estendem pelos campi fora da sede, pela criação de novos cursos e principalmente pelo acesso facilitado no ato da inscrição e na entrega da documentação obrigatória para a homologação das inscrições. O gráfico nº 04, mostra que de 2018 a 2022, ingressaram na UFOPA 328 estudantes (trezentos e vinte e oito) por meio do Processo Seletivo Especial Quilombola-PSEQ, somente no campus de Santarém.

A V-Pesquisa Nacional realizada pela ANDIFES em 2018, sobre as IFES, apontou mudanças significativas na composição da raça e da cor dos estudantes matriculados no ensino superior nos últimos 15 anos, segundo a mesma pesquisa:

Tal mudança é, em parte, resultado da adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades federais, que começaram a ser implantadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005 e foram se espalhando ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior federal, particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da Lei nº 12.711 de 2012. (ANDIFES, 2018, p.36)

O relatório anual da UFOPA do ano de 2018 apontou que naquele período a universidade ofertou um total de 1.511 vagas (mil quinhentos e onze), sendo: PSR 1.325 vagas (mil trezentos e vinte e cinco), PSEI 93 vagas (noventa e três) e PSEQ 93 vagas, desse total 1.499 (mil quatrocentos e noventa e nove) somando um total de 99,2% da taxa de ocupação. (UFOPA 2018, p. 17)

No ano seguinte o relatório de 2019 o total de inscritos 1.663 (mil seiscentos e sessenta e três) inscritos como cotista, sendo: PSR 1.413 (mil quatrocentos e treze), PSEI 634 inscritos (seiscentos e trinta e quatro) e 81(oitenta e uma) vagas ofertadas, com um total de 83,9% de ocupação. O PSEQ 427 (quatrocentos e vinte e sete) inscritos e 77 (setenta e sete) vagas ofertadas, com um total de 98,7% de ocupação. (UFOPA 2019, p.30)

O relatório da universidade de 2020, traz os seguintes dados: O total de inscritos foi de 12.723 vagas (doze mil setecentos e vinte e três) sendo: 1.857 vagas (mil oitocentos e cinquenta e sete) para ampla concorrência, 10.886 (dez mil oitocentos e

oitenta e seis) cotista, 141 (cento e quarenta e um) PcD; PSEI 331 (trezentos e trinta e um) inscritos, 251 (duzentos e cinquenta um) homologadas, 77 vagas (setenta e sete) ofertadas e 72 vagas (setenta e duas) preenchidas; PSEQ 357 (trezentos e cinquenta e sete) inscritos, 338 (trezentos e trinta e oito) homologadas, 81 vagas (oitenta e uma) ofertadas e 78 vagas (setenta e oito) preenchidas. (UFOPA, 2020, p. 51)

Em 2021 o relatório anual a universidade ofertou 1.678 vagas (mil seiscentos e setenta e oito) sendo: PSR 1.405 vagas (mil quatrocentos e cinco), PSEI 85 vagas, (oitenta e cinco) e 68 vagas (sessenta e oito) preenchidas; PSEQ 88 vagas (oitenta e oito) ofertadas e 74 vagas (setenta e quatro) preenchidas. (UFOPA, 2021, p. 35)

O Relatório de Prestação de Contas da UFOPA, referente ao ano de 2022 apresentou apenas o quantitativo geral de estudantes quilombolas com cadastro ativo no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFOPA)

2.2. Processo seletivo especial quilombola (2018-2022): origem dos estudantes.

*Fogo!... Queimaram Palmares, Nasceu Canudos.
Fogo!... Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.*

*Fogo!... Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.*

*Fogo!... Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.*

*Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que
os vão cansar se continuarem queimando.*

*Porque mesmo que queimam a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo
Não queimarão a ancestralidade.*

Nego Bispo

É importante que antes de iniciar a discussão centralizadora deste trabalho de conclusão de curso, compreender como ao longo da história as comunidades quilombolas foram surgindo dentro do território de Santarém. Santarém é o principal

centro urbano financeiro, comercial e cultural do Oeste do Pará, sendo uma das cidades mais antigas da região Amazônica, fundada em 22 de junho de 1661, pelo Padre jesuíta João Felipe Bettendorf durante missões jesuítas na região. Nessa região além da presença dos indígenas que já se encontravam aqui na cidade de Santarém, também vieram abarcados em porões outro grupo de pessoas vindos da África em navios negreiros, os escravos.

Em Santarém-Pará os primeiros relatos que sem tem conhecimento da presença da população escrava neste território, pode ser constatado no primeiro recenseamento do Brasil realizado em 1872, conforme relata Márcio Júnior Benassuly Barros.

Na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Santarém em 1872, que abrange a sede municipal havia 8.745 pessoas residentes. [...] a população escrava nesta paróquia foram identificados um total de 995 (homens e mulheres), sendo 417 pardos (homens e mulheres) e 578 pretos (homens e mulheres) (BARROS, 2021, p.194)

Outro registro importante sobre a intensificação da presença do negro na região amazônica é encontrado na tese de Ana Maria Silva Sarmiento (2019, p.28), apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da UFOPA:

Em 1755, a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, se intensificou a presença do negro africano na Amazônia para substituir o trabalho escravo do índio nos afazeres da produção agrícola (SALLES, 2015). No ano de 1795, a concessão de sesmarias estava atrelada à possibilidade do candidato possuir escravos suficientes para a produção agrícola na terra pretendida, conforme determinava o Alvará de 05 de outubro de 1795 (SILVA NETO, 2015)

Na mesma publicação Sarmiento (2019, p. 28.), faz referências ao termo quilombo, citando Anjos, (2006, p. 46) para quem “O vocábulo quilombo vem da língua banto e possui aproximação com os seguintes termos: habitação, acampamento, floresta e guerreiro, sendo que, na região central da Bacia do Congo, tem como significado “lugar para estar com Deus”. Ainda para Sarmiento (2019, p. 32) ao citar Munanga: “O conceito possui ainda um duplo sentido que agrega: Histórias de conflitos de poder,

ruptura de grupos, saídas em busca de novas paragens e união entre grupos de indivíduos de várias etnias (MUNANGA, 1995)”.

Dessa forma ao referir-se ao termo quilombo Sarmiento (2019, p.39), ao citar Funes (1995), traz uma referência mais apropriada no que se refere aos quilombos de Santarém:

O apresenta como um espaço que é considerado palco de vivência com profundas significações para a vida de um grupo, fundada na sustentabilidade, e que promove a relação estreita entre os parentes sejam próximos ou distantes, mas que se reconhecem como um todo e que por estarem vivendo naquele espaço desde suas anteriores gerações, veem-se como membros do lugar, com nome e forte referência no imaginário do grupo, incorporando a ele noções de pertencimento e de autodescrição. (FUNES 1995)

Os quilombos ou quilombolas possuem características próprias sem perder o que é mais comum, como o uso coletivo da terra, sua cultura e suas religiões, o Decreto federal nº 4.887/03, define quilombos e quilombolas como: “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. No município de Santarém a luta dos povos quilombolas é pela demarcação dos seus territórios, contra os avanços do agronegócio e principalmente, por educação de qualidade.

Em Santarém há 13 comunidades quilombolas que estão localizadas na região de várzea, no planalto e um quilombo dentro da área urbana, vivem da pesca, da agricultura de pequeno porte e do extrativismo, cada quilombo tem a sua própria associação e todas estão diretamente ligadas a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém-FOQS, entidade regional responsável por organizar e reivindicar as políticas públicas junto às entidades, seja na esfera municipal, estadual ou federal, dessa maneira os quilombos da região santarena passaram e se tornar também um sinônimo de resistência e de luta organizada. O quadro abaixo mostra os quilombos, suas associações e sua localização:

Quadro 01: Comunidades Quilombolas de Santarém-Pa

QUILOMBO	ASSOCIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Bom Jardim	ARQBOMJA	Planalto
Murumurutuba	AQMU	Planalto
Murumuru	ARQMU	Planalto
Tiningu	ARQTININGU	Planalto
Pérola Do Maicá	AMRQARM	Urbano
Arapemã	ACREQARA	Várzea
Nova Vista Do Ituqui	ARQNOVI	Várzea
São José Do Ituqui	ARQSJI	Várzea
São Raimundo Do Ituqui	ARQSRI	Várzea
Patos Do Ituqui	ARCQUIPATOS	Várzea
Saracura	ACREQSARA	Várzea
Surubi-Açu		Várzea
Maria Valentina	ARQUIVALENTINA	Várzea

Fonte: Elaboração própria do autor a partir de dados da FOQS

Nessas comunidades quilombolas, um dos dispositivos que assegura os direitos dos seus moradores é o Protocolo de Consulta Livre Prévia Informada que garante a explícita vontade coletiva sobre determinados assuntos que venham a impactar diretamente a vida dos quilombolas, conforme recomenda a convenção 169 da OIT de 1989. Sarmiento (2019, p.81) ao citar Garzón, Yamada e Oliveira (2016, p. 57) explicam os protocolos autônomos de consulta prévia:

Os protocolos de consulta elaborados, discutidos e pactuados de forma autônoma por comunidades ou povos são instrumentos que explicitam sua governança interna, materializando e traduzindo em regras concretas os princípios orientadores do direito de consulta, que estabelecem a obrigatoriedade da adoção de procedimentos apropriados às circunstâncias e do respeito às instituições representativas de cada povo e/ou comunidade. Assim, apenas a manifestação autônoma de cada comunidade pode indicar quais são as autoridades legítimas que as representam bem como definir os procedimentos que consideram adequados para estabelecer um diálogo com os representantes do Estado.

O protocolo de consulta prévia assegura quem são as pessoas que devem ser ouvidas por ocasião da consulta prévia:

Devem ser consultados todos os moradores do quilombo, através de assembleias, com participação de escolas, clubes de futebol, igrejas, jovens, os mais velhos, homens, mulheres, FOQS, estudantes universitários do quilombo e pessoas/famílias oriundas do quilombo que não moram na comunidade, mas mantêm vínculo social, político e econômico. (FOQS, 2012, p.2)

Segundo Sarmiento (2019, p.51), onze dessas comunidades [...] possuem relatórios técnicos e laudos antropológicos disponíveis elaborados por técnicos e antropólogos, servidores do Incra, de Santarém e também de pesquisadores de universidades federais, realizados quando da abertura de processos de regularização de suas terras e territórios. (Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu, Pérola do Maicá, Arapemã, Nova Vista do Ituqui, São José Do Ituqui, São Raimundo Do Ituqui, Patos Do Ituqui, Saracura), são certificadas pela Fundação Cultural Palmares e apenas Surubi-Açu se encontra pendente de iniciar o seu processo de regularização junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o território Maria Valentina é o mais recente nesse processo.

O Quilombo Pérola do Maicá foi formado pelo deslocamento de famílias que saíram da área rural e se instalaram na cidade, no fim da década de 1980. Grande parte dos quilombolas vieram do Quilombo Arapemã, localizado em área de várzea, por causa do fenômeno chamado de “terras caídas”, uma erosão que prejudica as áreas ribeirinhas e de várzeas do município. Atualmente, muitas famílias da Comunidade Quilombola Pérola do Maicá ainda vivem da pesca, do extrativismo e da agricultura, como outros quilombos da cidade.

O primeiro quilombo a ser reconhecido em Santarém foi o quilombo de Bom Jardim, localizado no planalto, conforme relata o historiador Eurípedes Funes em sua tese de doutorado:

Àquelas duas juntava-se o Bom Jardim, comunidade que se constituiu a partir da terra doada - o sítio Bom Jardim - em testamento pela senhora Maria Joaquina da Silva Ferreira a seus escravos, em 1807, os quais ficariam livres, todavia, apenas após a morte de seu marido José Francisco Ferreira, quando deveria efetivar, também, a doação, o que ocorreu em 1876. (FUNES, 95)

Ao referir-se ao quilombo de Bom Jardim, Sarmiento (2019, p. 56), faz a seguinte afirmação:

uma comunidade tradicional negra e rural formada pelos descendentes dos escravos da antiga fazenda Bom Jardim, uma fazenda escravista de cacau que existiu no lugar até o final do século XX. Originou-se por doações de terras da referida fazenda feitas pelos donos aos seus escravos. Essa doação foi feita por intermédio de um testamento datado de 1º de setembro de 1876, e confirmada por um inventário *post mortem* [...]. O primeiro dono de Bom Jardim foi o português José Francisco Ferreira Filho, conhecido pelo nome de Nizo. Sua esposa Joaquina, segundo relatam alguns dos descendentes dos escravos da localidade, teve certas “liberdades” com um negro escravo, o que fez com que brotasse nela o desejo de libertar a todos os escravos da fazenda, o que somente aconteceu com a morte de seu esposo. [...] As terras doadas da fazenda foram para os escravos Cândido, Theodoro, Isidoro, Jerônimo, Lino, Josefa, Eugênia e Camilo e a seus herdeiros. Um ano após a morte do proprietário das terras foi feita a partilha conforme o inventário determinava.

Ao que se refere à geografia desses quilombos o acesso pode ser feito tanto por via terrestre, quanto por via fluvial, no entanto esses acessos são constantemente afetados pelas mudanças climáticas típicas da região, que leva em consideração o período de enchente e vazão dos rios e a trafegabilidade das estradas, Bom Jardim, por exemplo, relaciona-se com outras comunidades quilombolas circunvizinhas conhecida como: Saracura, Arapemã, Murumurutuba, Murumuru, Tinguu, Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui, São Raimundo do Ituqui e Pérola do Maicá. Esse complexo de comunidades quilombolas é uma rede solidária entre grupos remanescentes de quilombos, com aspirações e problemas similares. As comunidades de Tinguu, Pérola do Maicá, Murumuru e Murumurutuba ligam-se por uma estrada vicinal chamada de Transquilombolas; as comunidades de Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui e São Raimundo do Ituqui que se localizam nas ilhas próximas do rio Ituqui, e as comunidades de Saracura e Arapemã que ficam localizadas nas ilhas do rio Amazonas, Bom Jardim estabelece ligações com elas por meio fluvial pelos rios Ituqui, Maicá e Amazonas. (SARMENTO, 2019, p.58)

Nessas comunidades quilombolas o grande desafio é a educação, uma vez que a grande maioria dessas comunidades não tem escola e em muitas outras, é ofertado apenas o ensino básico, ou seja, somente o Ensino Fundamental o que obriga alguns estudantes a se deslocarem para outras comunidades ou até mesmo saindo dos seus quilombos para a cidade para poder concluir o Ensino Médio, apenas duas comunidades

quilombolas ofertam o ensino médio, uma na Escola Nossa Senhora do Livramento, no quilombo de Saracura e a Escola Afro-Amazônida, no quilombo de Murumuru.

O desafio também em cumprir o que determina a Lei de Diretrizes Curriculares para as escolas quilombolas, segundo Melo (2014), esta exclusividade vem sendo gradativamente alterada pela implementação dos artigos 26-A e 79-B da LDB nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), alterados pela Lei Federal nº 10.639/2003, que trazem a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos, além da inserção do 20 de novembro no calendário escolar, como Dia Nacional da Consciência Negra, essas mudanças são importantes pois tem como principal objetivo fazer que o negro no Brasil conheça a sua história.

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, (2013, p.74), na Seção VII - Educação Escolar Quilombola, Art. 41, onde se lê:

Art.41 A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (p.74)

Orienta-se também pelas deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010, p. 42). e acordo com o documento final da conferência, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de

materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.

d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.

e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.

f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.

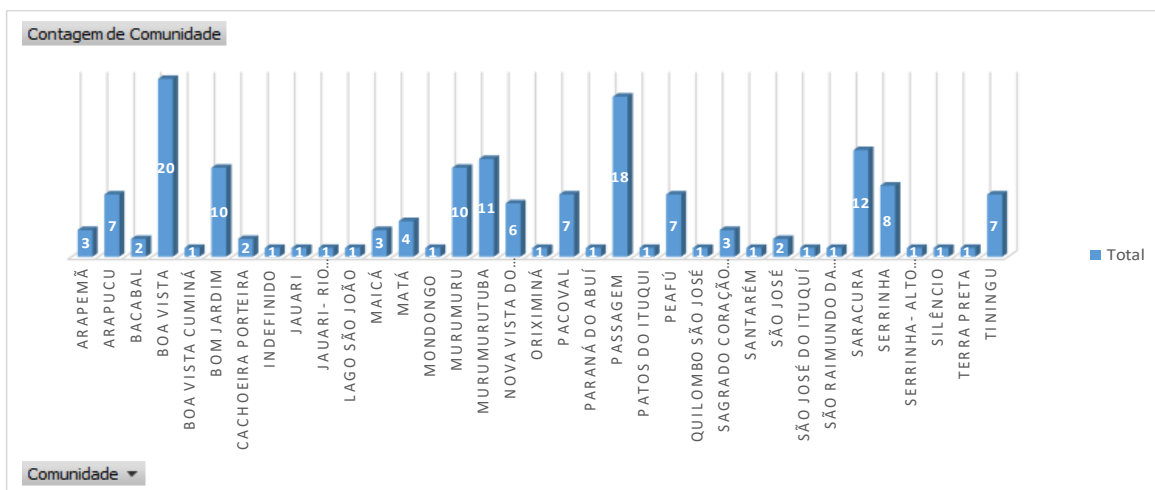
g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas. (CONAE, 2010, p. 131-132)

Trazer esse debate da presença de escravos e quilombolas aqui na região amazônica nos permitirá compreender primeiramente o primeiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso no que se refere ao acesso tardio dessa população ao nível superior, uma vez que a falta da educação básica é uma realidade comum entre os quilombos, ligado à isso também está a dificuldade encontrada para quem precisa deixar seu quilombo e ir em busca de estudos em outras comunidades.

De acordo com dados do SIGAA da UFOPA, do ano de 2018 a 2022, estão regularmente matriculados no curso de graduação 311 (trezentos e onze) estudantes quilombolas nos seguintes institutos: ICED, ICS, IBEF, IEG, ICTA e ISCO. A pesquisa sobre o perfil social e racial dos estudantes quilombolas da Ufopa, realizado por França, Santos, Pinto (2020), mostra a origem desses estudantes quilombolas por comunidades quilombolas, conforme o gráfico abaixo:

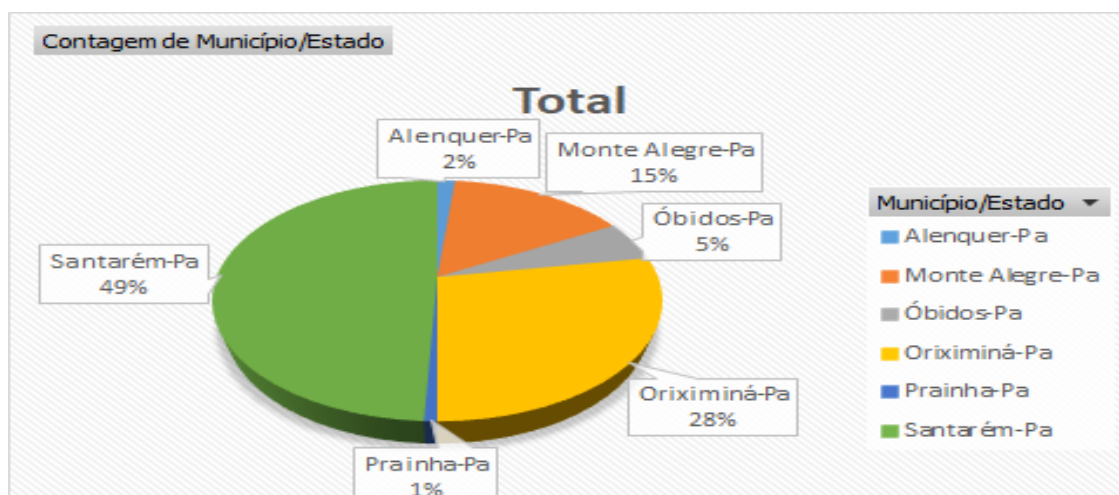
Gráfico 04: Comunidade de origem dos estudantes quilombolas na Ufopa em 2015-2018



Fonte: França, Santos, Pinto, 2020

Ainda segundo a pesquisa: “as comunidades quilombolas com maior número de estudantes matriculadas(os) são: 1) Boa Vista (Oriximiná); 2) Passagem (Monte Alegre); 3) Saracura (Santarém); 4) Murumurutuba (Santarém); 5) Murumuru (Santarém); 6) Bom Jardim (Santarém); 7) Tingu (Santarém). No geral, as(os) estudantes matriculados(as) até 2018 são de 35 (trinta e cinco) comunidades quilombolas da região oeste do Pará. Caso contrário, existem ainda cerca de 30 (trinta) comunidades quilombolas sem nenhum(a) estudante matriculado(a) na Ufopa (FRANÇA, SANTOS, PINTO, 2020, p.9)

Gráfico 05: Municípios de origem dos estudantes quilombolas na Ufopa em 2015-2018



Fonte: França, Santos, Pinto, 2020

No que se refere a presença desses estudantes por município, de acordo com Malcher (2017) existem 65 (sessenta e cinco) comunidades quilombolas identificadas

em nossa região. Elas estão distribuídas da seguinte maneira nos municípios: Santarém (12), Monte Alegre (2), Alenquer (1), Óbidos (13), Oriximiná (36) e Prainha (1).

Depois do município sede, as cidades com mais quilombolas são Oriximiná com 28% de estudantes na UFOPA, Monte Alegre 15%, Óbidos 5%, Alenquer 2% e Prainha 1%. Esse percentual se explica possivelmente pela proximidade das comunidades santarenas dos locais de estudo. De todo modo, chama atenção o número expressivo de estudantes advindos de Oriximiná, município onde se localizam as comunidades mais distantes da sede (FRANÇA; SANTOS; PINTO, 2020).

Apesar de a universidade receber estudantes quilombolas vindo de outras cidades de fora da sede, é importante salientar que em muitas dessas comunidades, tanto da sede, quanto de outras cidades, o acesso ao ensino básico é muito limitado, o que leva na maioria das vezes o acesso tardio tanto no ensino médio quanto no ensino superior.

CAPÍTULO 3 – PERFIL SOCIAL E RACIAL DOS (AS) ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ NO CAMPUS SANTARÉM (2018-2022)

3.1. Perfil social e racial dos estudantes quilombolas por unidades acadêmicas no campus Santarém.

A UFOPA Campus Santarém é composta por sete unidades acadêmicas: Instituto de Ciências da Educação (ICED); Instituto de Biodiversidade da Floresta (IBEF); Instituto de Ciências da Sociedade (ICS); Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA); Instituto de Engenharia e Geociências (IEG); Instituto de Saúde Coletiva (ISCO); Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) onde estão matriculados 315 (trezentos e onze) estudantes quilombolas que ingressaram no período de 2018 a 2022, através do Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ/UFOPA), as informações aqui apresentadas foram obtidas junto à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica (SIGAA).

Figura 01: Ufopa Campus Tapajós sede dos institutos: ICS, IEG, ISCO, IBEF, ICTA, CFI em Santarém-Pa.



Fonte:G1-Santarém e Região, (2024) – Comunicação Ufopa/divulgação

Ressaltamos que a forma de ingresso dos estudantes quilombolas na Ufopa ocorre através do Processo Seletivo Especial Quilombola, destinado a alunos em situação de vulnerabilidade social, processo que, conforme destacamos anteriormente, é um processo seletivo diferenciado dos demais processos da universidade, por não utilizar as notas do ENEM. Na Ufopa apenas o Processo Seletivo Especial Indígena e o Processo Seletivo Especial Quilombola são realizados nessa modalidade.

Figura 02: Ufopa unidade Rondon sede do instituto: ICED em Santarém



Fonte: Comunicação Ufopa/divulgação

Desde 2015, ano que iniciou o processo seletivo especial quilombola, surgiu também o Cursinho Quilombo, como uma iniciativa voluntária de alguns alunos junto à

universidade, sob a coordenação do Professor Luis Fernando de França (ICED), a partir do ano de 2018, o Cursinho Quilombola se tornou um projeto de extensão da Ufopa.

Figura 03: Turma do Cursinho Quilombola em Santarém-Pa



FONTE: Acervo do Cursinho Quilombola.

Figura 04: Turma do Cursinho Quilombola em Oriximiná-PA



FONTE: Acervo do Cursinho Quilombola.

Nossa pesquisa verificou que, de 2018 à 2022, ingressaram na UFOPA 311 (trezentos e onze) estudantes quilombolas, ou seja, 100% dos estudantes ingressaram na universidade através do Processo Seletivo Especial Quilombola, dado que representa a importância dessa política de ações afirmativas para a população quilombola de Santarém e da região, uma vez que, esse processo seletivo é a nível nacional, no entanto, até o presente momento somente quilombolas da região de Santarém participaram desse processo.

Com base nas informações repassadas por meio da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil, obtivemos os dados que serão apresentados abaixo:

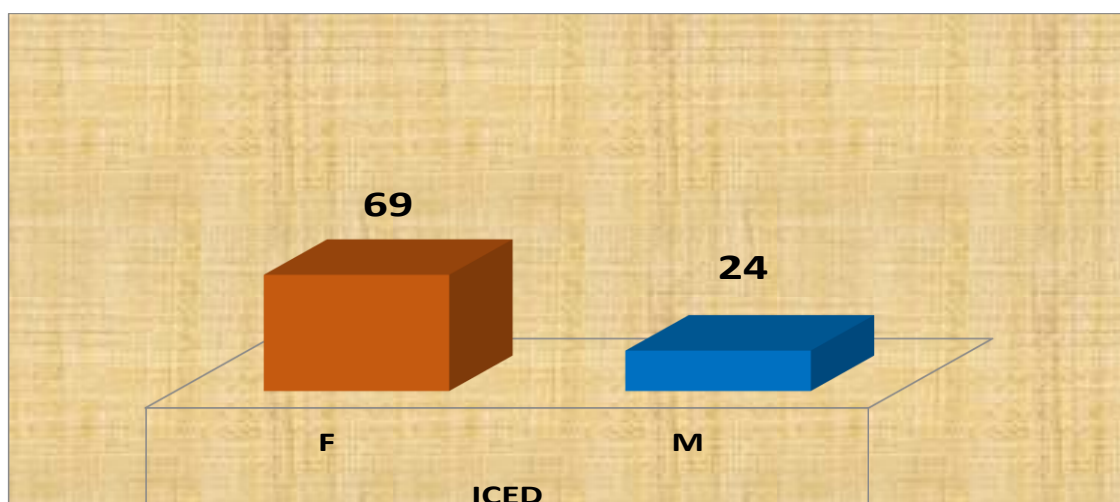
Figura 05: Sexo dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

Os dados indicam que 68% desses estudantes é do sexo feminino, enquanto 32% são do sexo masculino, o que reforça a importância da mulher negra e quilombola ocupar cada vez mais seus espaços na sociedade. Apresentaremos abaixo o quantitativo de Sexo por unidade acadêmica dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022, nas seis unidades acadêmicas: ICED, ICS, ICTA, IEF, IBEF, ISCO:

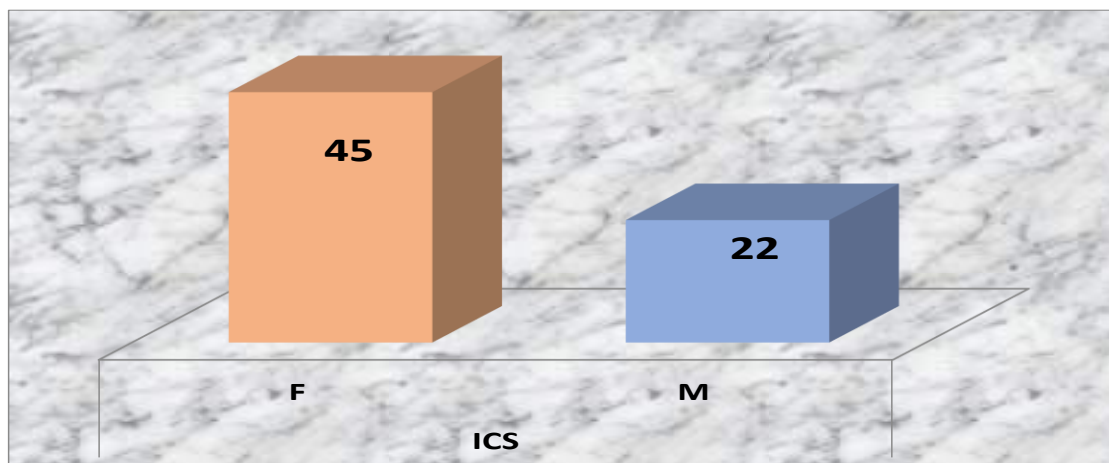
Gráfico 06: Instituto de Ciências da Educação-ICED



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ICED estão matriculados 93 (noventa e três) estudantes quilombolas, sendo: 69 (sessenta e nove) do sexo feminino e 24 (vinte e quatro) do sexo masculino.

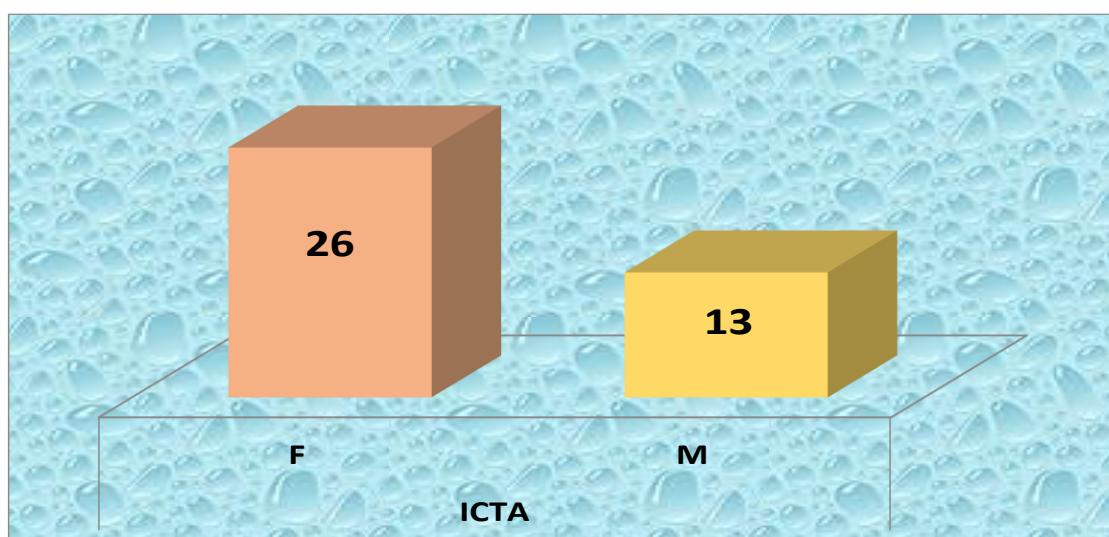
Gráfico 07: Instituto de Ciências da Sociedade-ICS



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ICS estão matriculados 67 (sessenta e sete) estudantes quilombolas, sendo: 45 (quarenta e cinco) do sexo feminino e 22 (vinte e dois) do sexo masculino.

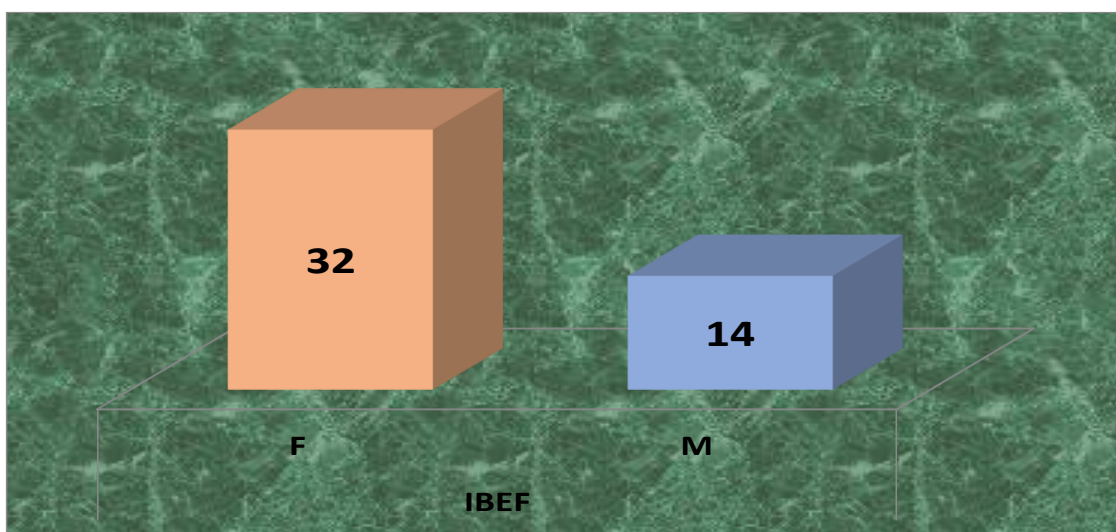
Gráfico 08: Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas-ICTA



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ICTA estão matriculados 39 (trinta e nove) estudantes quilombolas, sendo: 26 (vinte e seis) do sexo feminino e 13 (treze) do sexo masculino.

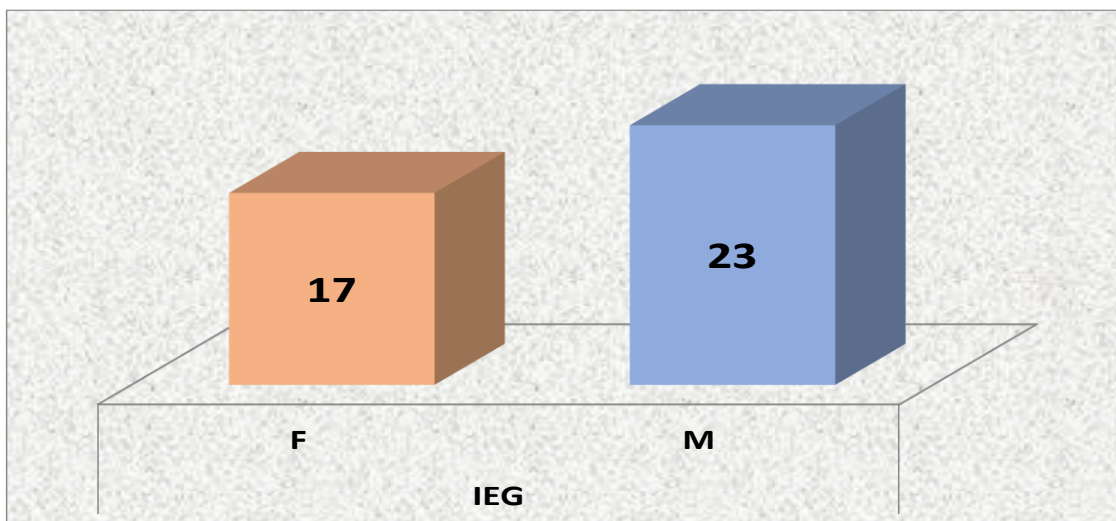
Gráfico 09: Instituto de Biodiversidade da Floresta-IBEF



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No IBEF estão matriculados 46 (quarenta e seis) estudantes quilombolas, sendo: 32 (trinta e dois) do sexo feminino e 14 (quatorze) do sexo masculino.

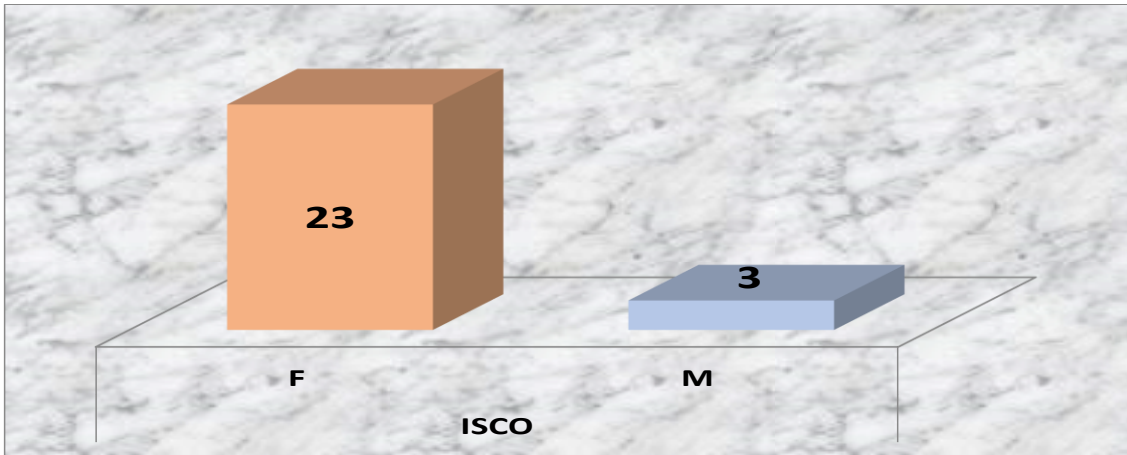
Gráfico 10: Instituto de Engenharia e Geociências-IEG



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023

No IEG estão matriculados 40 (quarenta) alunos quilombolas e é o primeiro instituto a ter maior número de estudantes do sexo masculino matriculados, sendo um total de 23 (vinte e três) do sexo masculino e 17 (dezessete) do sexo feminino.

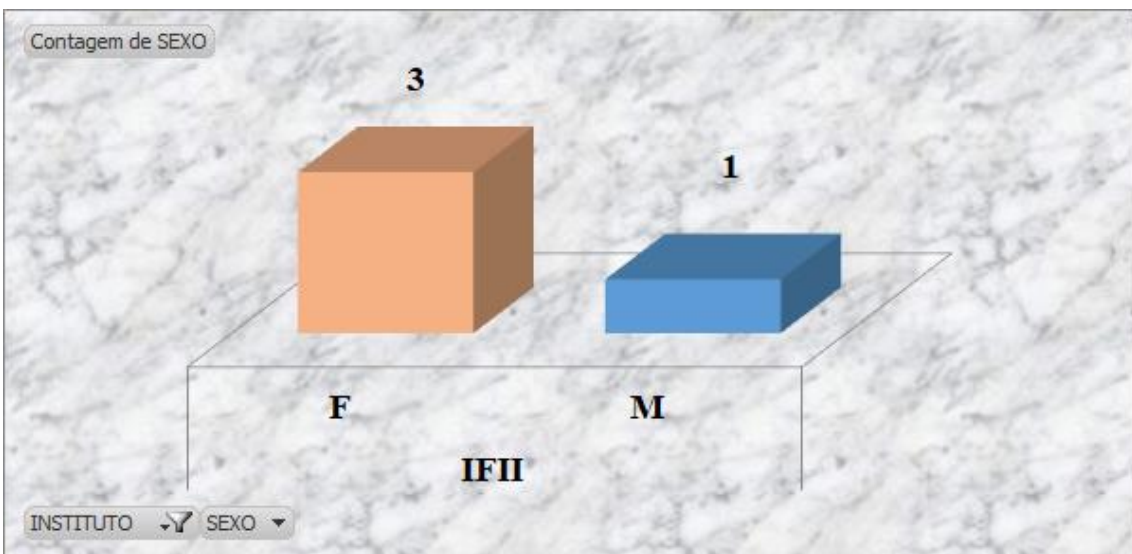
Gráfico 11: Instituto de Saúde Coletiva-ISCO



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023

No ISCO estão matriculados 26 (vinte e seis) estudantes quilombolas e é o instituto onde estão matriculados o maior número de estudantes quilombolas do sexo feminino sendo: 23 (vinte e três) estudantes do sexo feminino e apenas 3 (três) estudantes do sexo masculino.

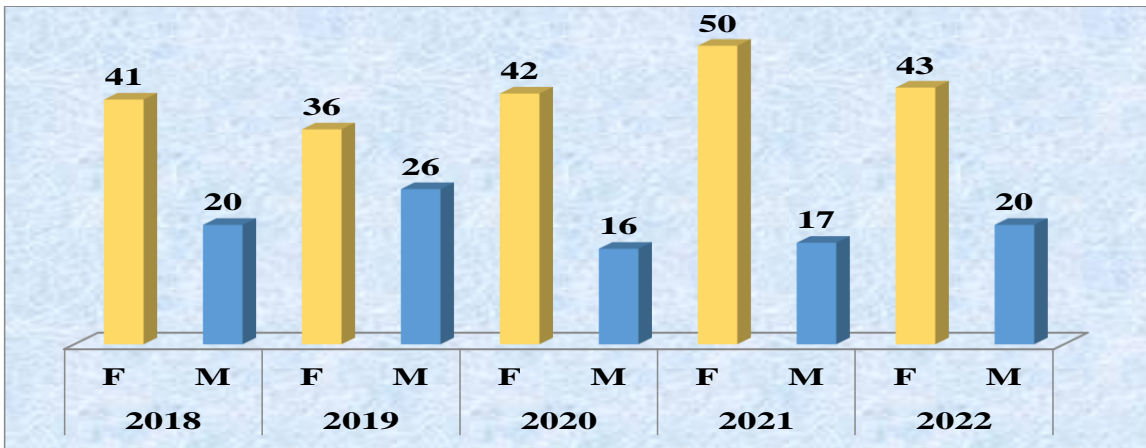
Gráfico 11.1: Instituto de Formação Interdisciplinar Intercultural-IFII



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023

O IFII apresenta um total de 3 (três) estudantes do sexo feminino e 1 (um) estudante do sexo masculino.

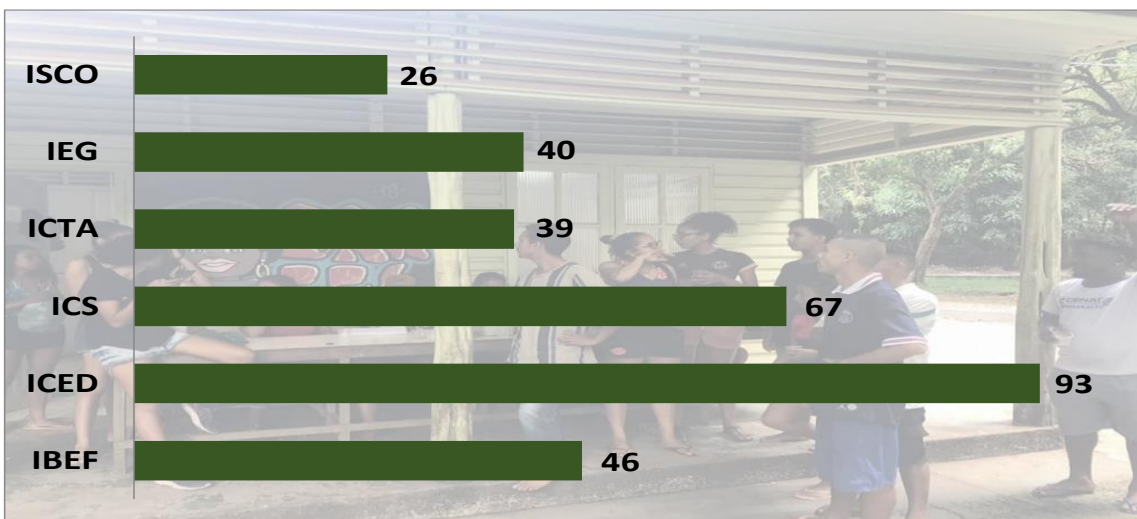
Gráfico 12: Sexo por ano de entrada dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ano de 2018 ingressaram na UFOPA 41(quarenta e um) estudante do sexo feminino e 20 (vinte) estudantes do sexo masculino; em 2019 ingressaram 36 (trinta e seis) estudantes do sexo feminino e 26 (vinte e seis) estudantes do sexo masculino; em 2020 ingressaram 42 (quarenta e dois) estudantes do sexo feminino e 16 (dezesesseis) estudantes do sexo masculino, em 2021 ingressaram 50 (cinquenta) estudantes do sexo feminino e 17 (dezesete) estudantes do sexo masculino; em 2022 ingressaram 43 (quarenta e três) estudantes do sexo feminino e 20 (vinte) estudantes do sexo masculino.

Gráfico 13: Matriculados por unidade acadêmica dos estudantes quilombolas no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ICED estão matriculados 93 (noventa e três) estudantes, no ICS 67 (sessenta e sete), no IBEF 46 (quarenta e seis), no IEG 40 (quarenta), no ICTA 39 (trinta e nove), no ISCO 26 (vinte e seis), o IFII 4 (quatro) estudantes.

3.2. Perfil social e racial dos estudantes quilombolas por cursos no campus Santarém.

Antes de analisarmos os dados sobre o perfil social e racial dos estudantes quilombolas por cursos no campus de Santarém, apresentaremos também os cursos que são ofertados nas seis unidades acadêmicas: Instituto de Ciências da Educação-(ICED) os curso são na modalidade Licenciatura; Instituto de Ciências da Sociedade-(ICS) os cursos são na modalidade Bacharelado; Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas-(ICTA) os cursos são na modalidade Bacharelado e Bacharelado Interdisciplinar; Instituto de Biodiversidade e Floresta-(IBEF) os cursos são na modalidade Bacharelado e Bacharelado Interdisciplinar; Instituto de Engenharia e Geociências-(IEG) os cursos são na modalidade Bacharelado e Bacharelado Indisciplinar; Instituto de Saúde Coletiva-(ISCO) os Curso são na modalidade Bacharelado e Bacharelado Interdisciplinar. São ofertados 32 (trinta e dois) cursos nos turnos: matutino, vespertino, noturno e integral. Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural-(IFII) é a unidade acadêmica da Ufopa responsável pela oferta inicial do primeiro semestre de ensino para todos os alunos que tiverem acesso a esta Universidade

Figura 06: Cursos por unidade acadêmica Campus UFOPA-Santarém-Pa



Interdisciplinar em Ciências Ambientais



- ❖ Licenciatura em Matemática
- ❖ Licenciatura em Física
- ❖ Lic. Letras — Português e Inglês
- ❖ Licenciatura em Pedagogia
- ❖ Licenciatura em Geografia
- ❖ Licenciatura em Química
- ❖ Licenciatura em História
- ❖ Licenciatura em Informática Educacional
- ❖ Licenciatura em Ciências Biológicas



- Bacharelado em Arqueologia
- Bacharelado em Antropologia
- Bacharelado em Direito
- Bacharelado em Ciências Econômicas
- Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional



- ❖ Bach. Inter. em Ciências e Tecnologia das Águas - Gestão Ambiental
- ❖ Bach. Inter. em Ciências e Tecnologia das Águas - Engenharia Sanitária e Ambiental
- ❖ Bacharelado em Ciências Biológicas
- ❖ Bacharelado em Engenharia de Pesca



- Bach. Inter. em Ciência e Tecnologia
- Bach. Inter. em Ciências da Terra
- Bacharelado em Geofísica
- Bacharelado em Geologia
- Bacharelado em Ciências Atmosféricas
- Bach. em Ciências da Computação
- Bach. em Sistemas de Informação
- Bacharelado em Engenharia Mecânica
- Bacharelado em Engenharia física



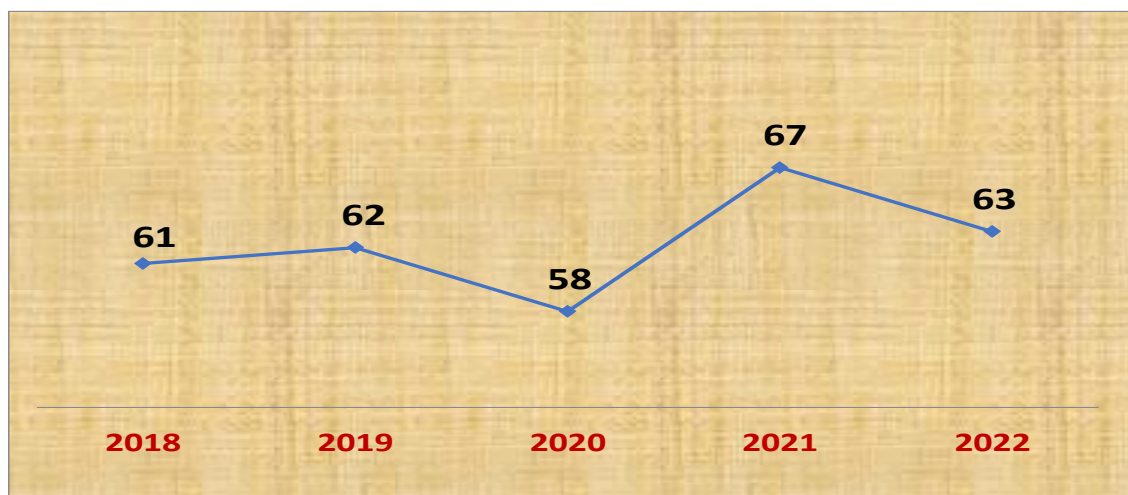
- ❖ Bacharelado em Farmácia
- ❖ Bacharelado Interdisciplinar em Saúde
- ❖ Bacharelado em Saúde Coletiva



- Bach. Interdisciplinar em Ciências Agrárias
- Bacharelado em Engenharia Florestal
- Bacharelado em Agronomia
- Bacharelado em Zootecnia
- Bacharelado em Biotecnologia

Fonte: Disponível em site da Ufopa: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/ensino/cursos-de-graduacao-2/>

Gráfico 14: Evolução do ano de ingresso dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

Três anos após a criação do processo seletivo especial quilombola esse quantitativo de estudantes vem sendo cada vez mais crescente e significativo, em 2018, por exemplo, esse número foi de 61 (sessenta e um) alunos quilombolas que entraram na universidade, número semelhante nos dois últimos PSEQ 2021 e 2022, salientamos em 2021 e 2022 o país vivia uma crise de Covid-19, no entanto, o acesso facilitado das inscrições por via eletrônica e da realização da prova, possibilitou que o processo seletivo ocorresse naquele ano permitindo assim o acesso dos estudantes quilombolas na universidade. A figura abaixo mostra um momento importante nesse processo de acesso ao ensino superior por estudantes indígenas e quilombolas.

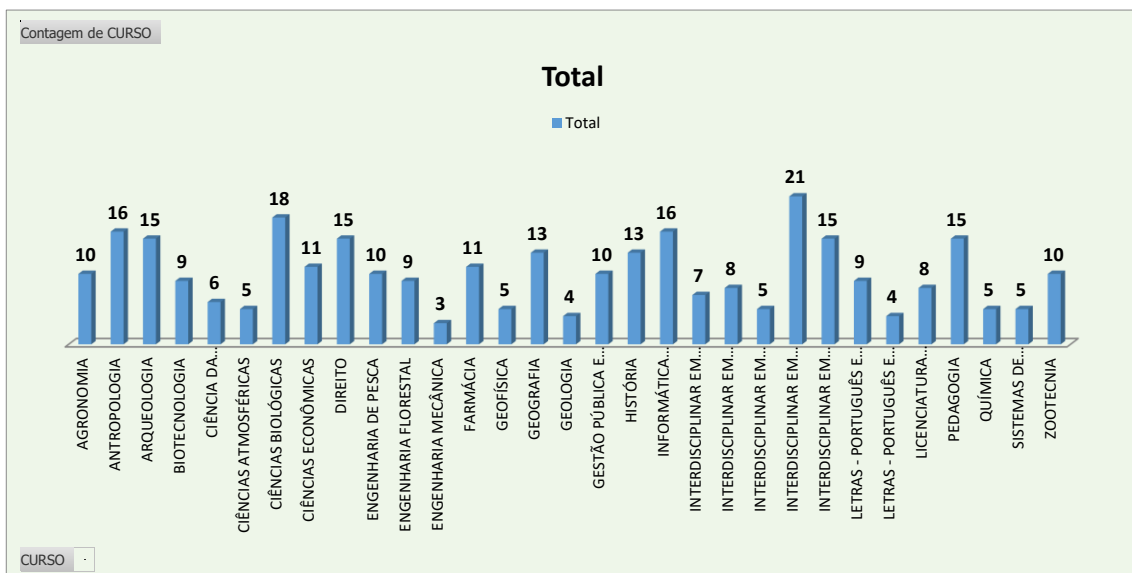
Figura 07: Recepção dos Calouros Indígenas e Quilombolas no quilombo de Murumurutuba - ano de 2019



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

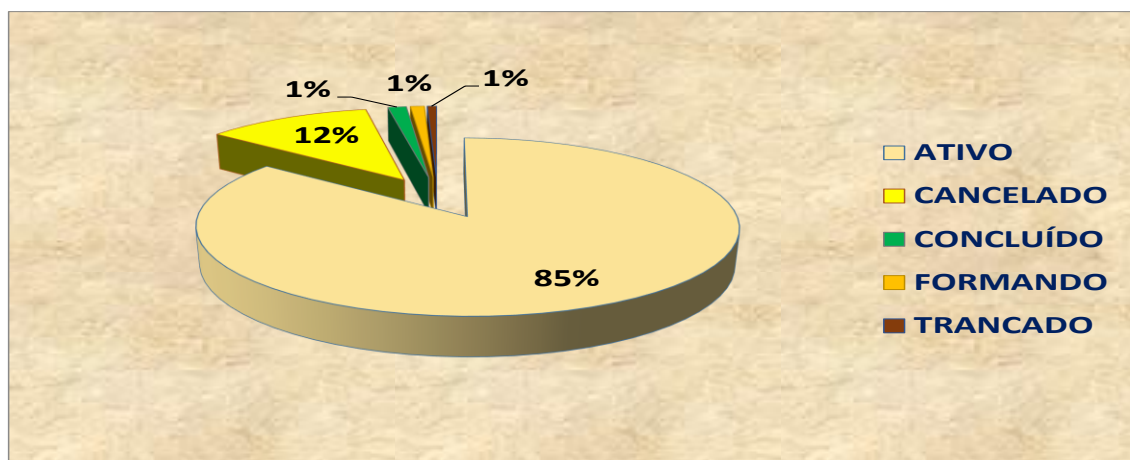
A partir do gráfico seguinte apresentamos o quantitativo geral dos estudantes quilombolas por curso no campus de Santarém do ano de 2018 ao ano de 2022.

Gráfico 15: Quantitativo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

Gráfico 16: Status dos estudantes quilombolas matriculados no campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022

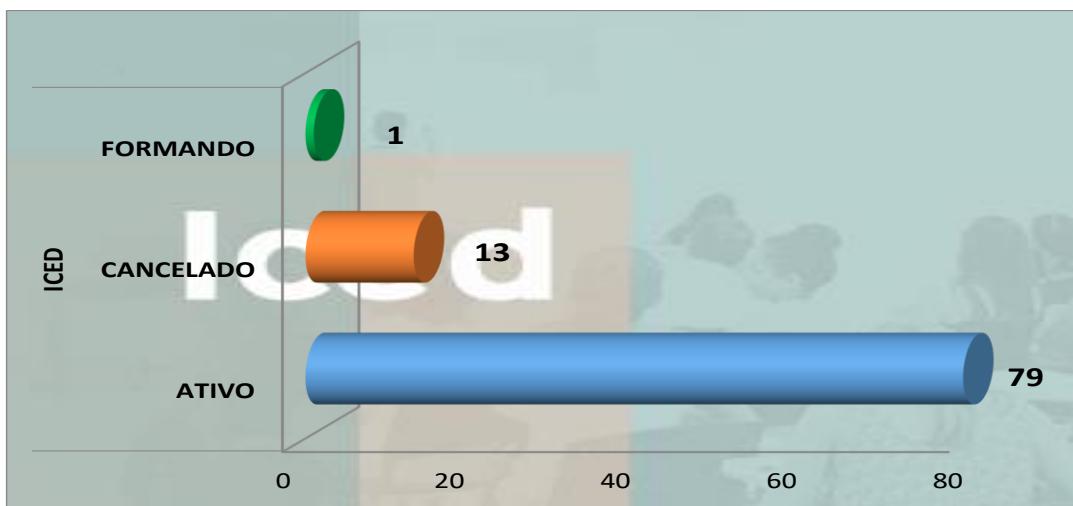


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

A pesquisa visa também verificar sobre a política de permanência na universidade, assim sendo, obtivemos o seguinte resultado: a pesquisa mostrou que 95% dos estudantes estão com a matrícula ativa no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas-(SIGAA), porém 12% estão com as matrículas canceladas no sistema, pois são matrículas de alunos que fizeram a mobilidade para outro curso ou até mesmo desistiram do curso. O status formando está relacionado a estudantes que já concluíram o período de curso, no entanto estão com disciplinas ou alguma pendência junto a sua unidade acadêmica.

Abaixo apresentaremos o status e o quantitativo desses estudantes quilombolas matriculados nas sete unidades acadêmicas: ICED, ICS, IBEF, ICTA, IEG, ISCO, IFII.

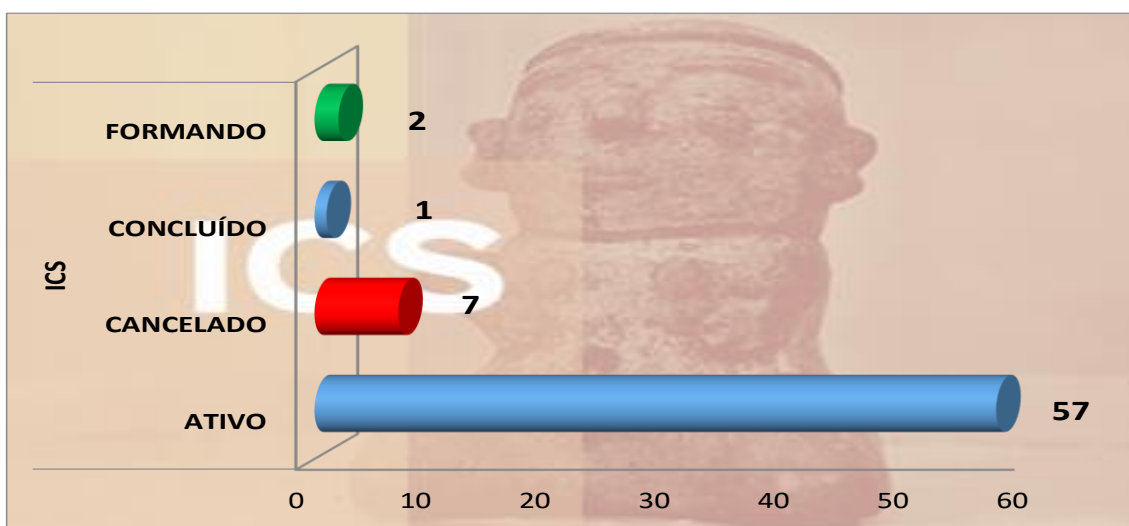
Gráfico 17: Status dos estudantes quilombolas matriculados no ICED, campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ICED, dos 93 (noventa e três) estudantes quilombolas que estão matriculados, 01 (um) está com o status de formando; 13 (treze) estudantes estão com a matrícula cancelada em seus institutos e 79 (setenta e nove) estão com matrícula ativa no SIGAA.

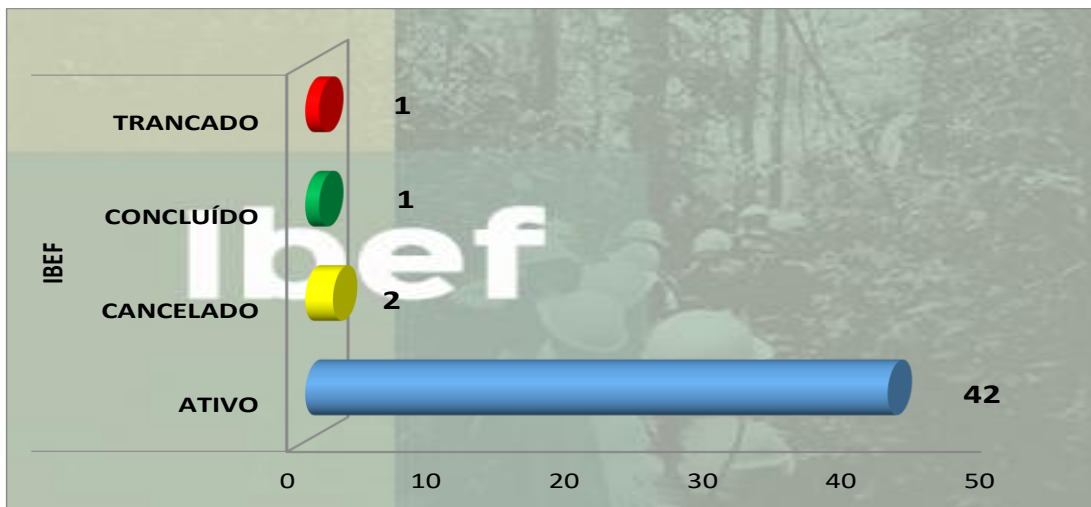
Gráfico 18: Status dos estudantes quilombolas matriculados no ICS campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023

No ICS estão matriculados 67 (sessenta e sete) estudantes quilombolas sendo: 02 (dois) com status de formando; 01 (um) com status “concluído/formado”; 07 (sete) com status de cancelado e 57 (cinquenta e sete) com matrícula ativa no SIGAA.

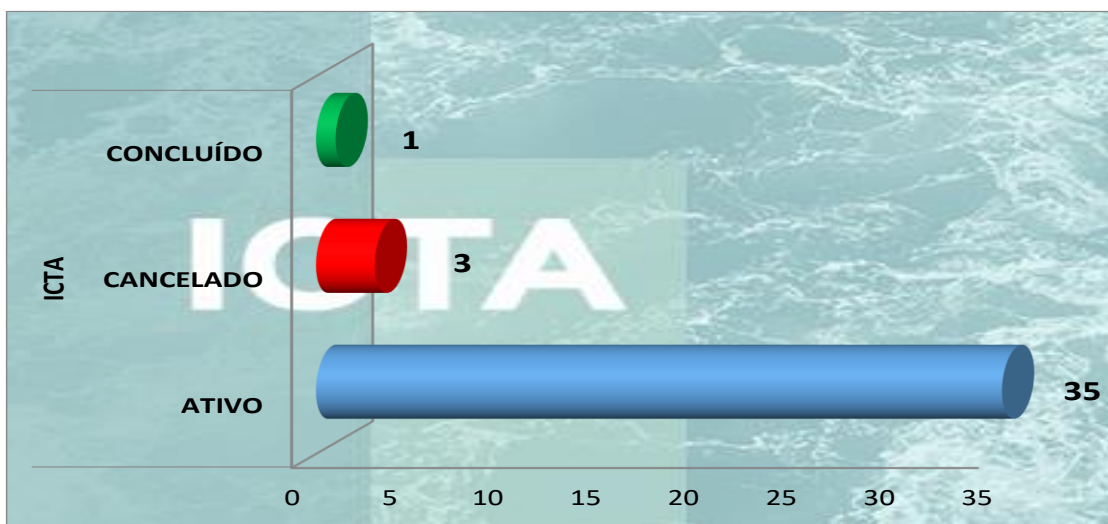
Gráfico 19: Status dos estudantes quilombolas matriculados no IBEF campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023

No IBEF estão matriculados 46 (quarenta e seis) estudantes quilombolas sendo: 01 (um) com status de trancado; 01 (um) com status de concluído e 42 (quarenta e dois) com o matrícula ativa no SIGAA.

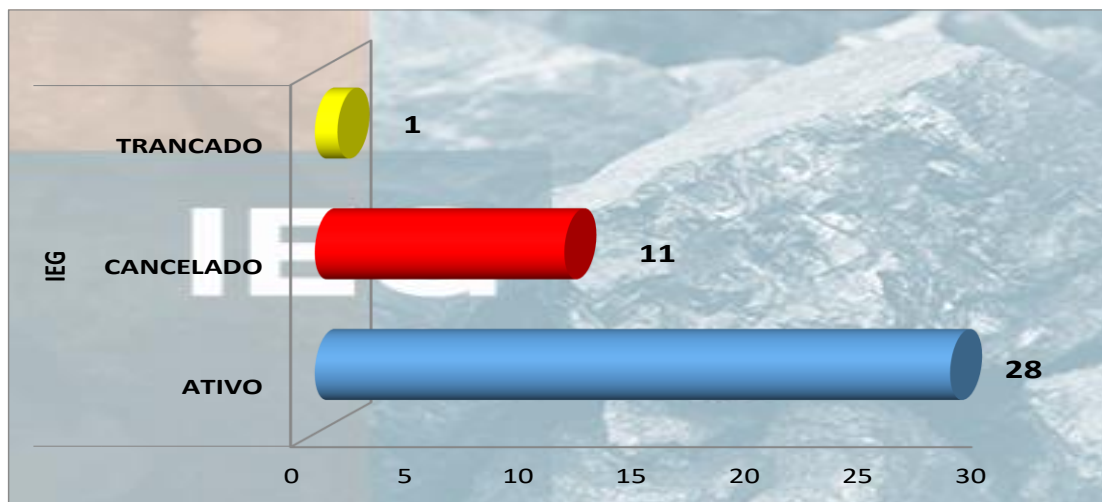
Gráfico 20: Status dos estudantes quilombolas matriculados no ICTA campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023

No ICTA estão matriculados 39 (trinta e nove) estudantes quilombolas sendo: 01 (um) com status de concluído; 03 (três) com status de cancelado e 35 (trinta e cinco) com a matrícula ativa no SIGAA.

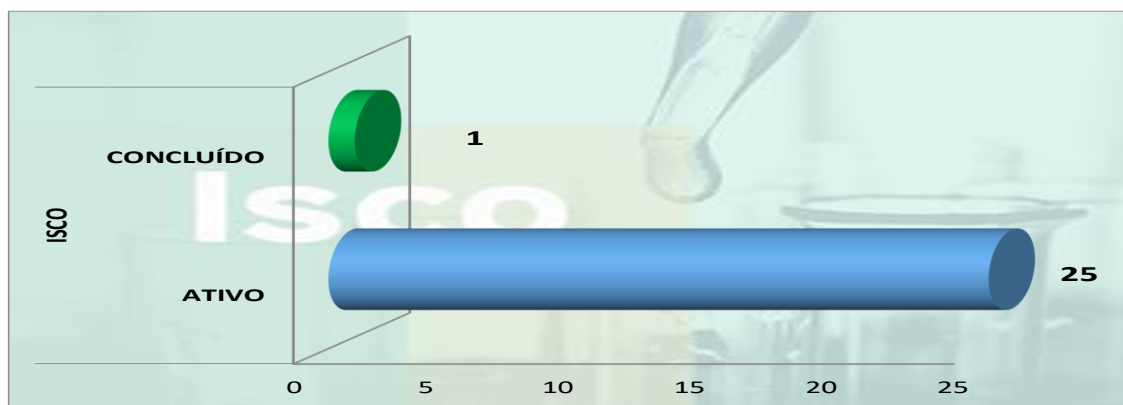
Gráfico 21: Status dos estudantes quilombolas matriculados no IEG campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023

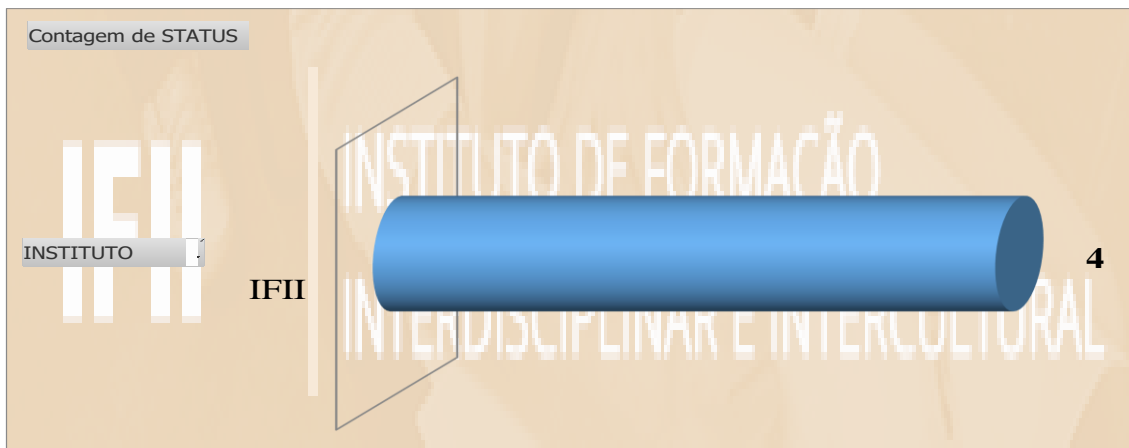
No IEG estão matriculados 40 (quarenta) estudantes quilombolas sendo: 01 (um) com status de trancado; 11 (onze) com status de cancelado e 28 (vinte e oito) com matrícula ativa no SIGAA.

Gráfico 22: Status dos estudantes quilombolas matriculados no ISCO campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

Gráfico 22.1: Status dos estudantes quilombolas matriculados no IFII campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022

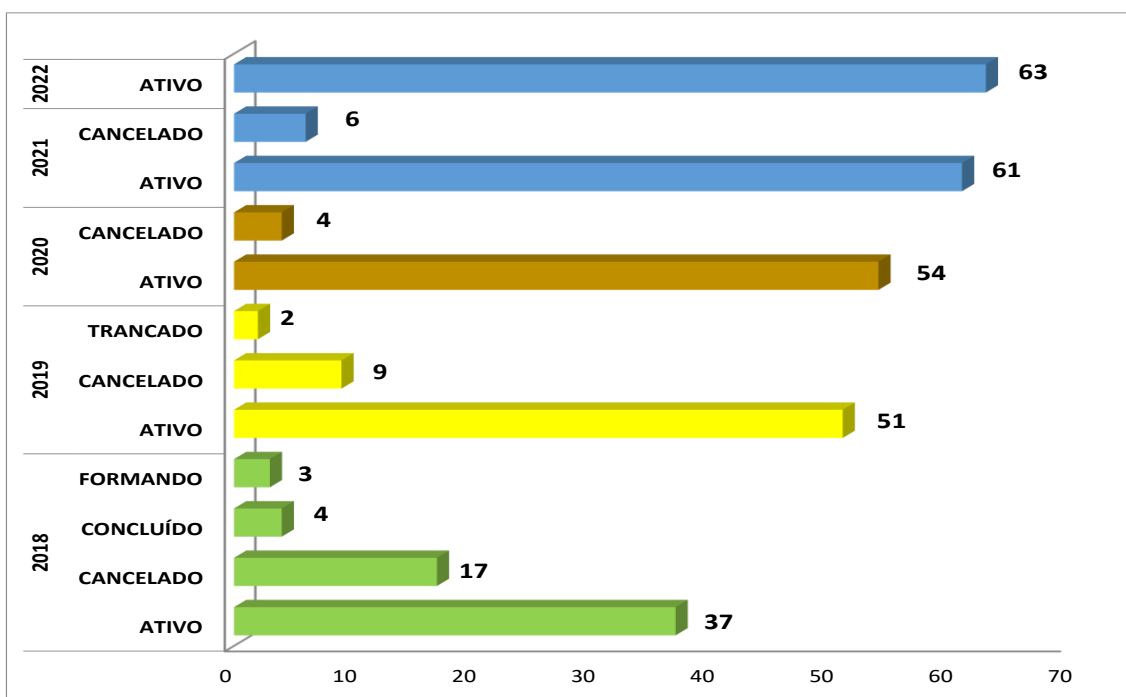


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

Dos 4 (quatro) estudantes matriculados no IFII, todos estão com matrícula ativa.

No ISCO estão matriculados 26 (vinte e seis) estudantes quilombolas sendo: 01 (um) com o status de concluído e 25 (vinte e cinco) com matrícula ativa no SIGAA.

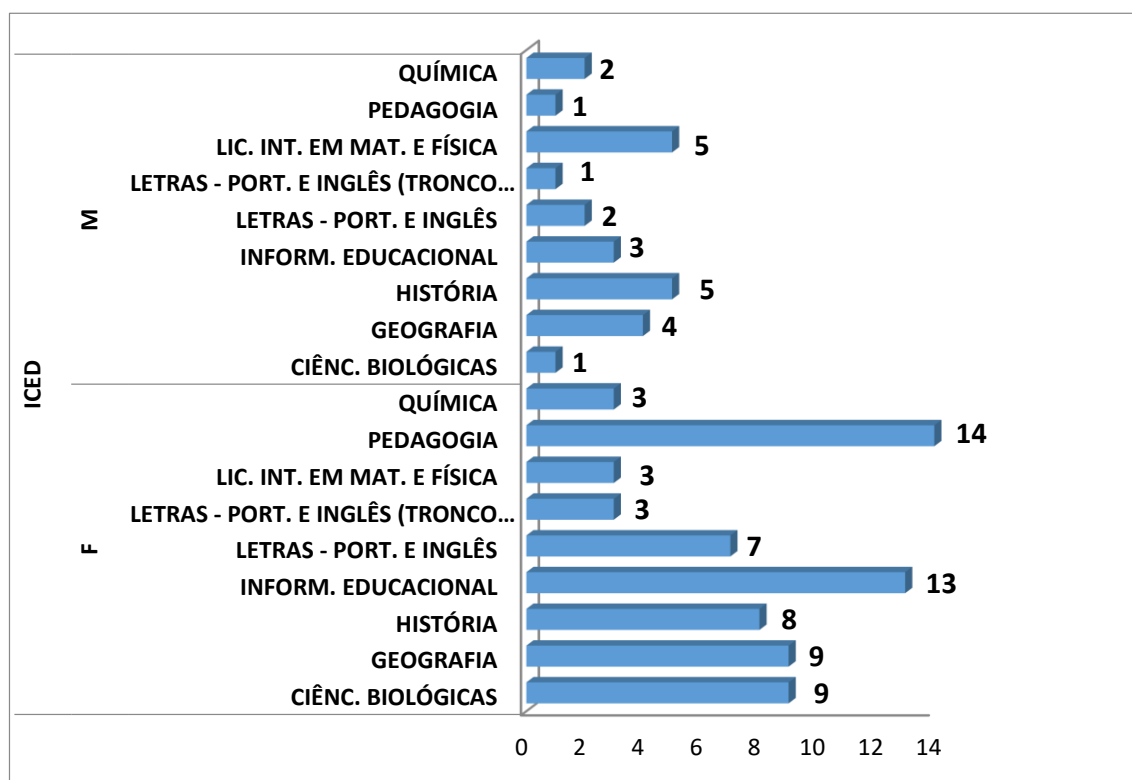
Gráfico 23: Status geral dos estudantes quilombolas matriculados nos sete institutos do campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

Em dados gerais, o quantitativo de estudantes quilombolas matriculados na UFOPA do ano de 2018 à 2022, que ingressaram através do processo seletivo especial quilombola, estão com a matrícula ativa no SIGAA um total de 266 (duzentos e sessenta e seis) alunos que se matriculam a cada semestre e participam regularmente das aulas, no entanto, um dado chama a atenção, o quantitativo de estudantes que aparecem com os status da matrícula cancelado 36 (trinta e seis) no sistema, porém, não obtivemos uma resposta sobre essa situação. Outro número que chama atenção também é o que se refere ao quantitativo de estudantes que estão se formando, apenas 07 (sete) estão com o status de concluído ou formando e 01 (um) com status de trancado. O IFII é o instituto que ao qual 100% dos alunos matriculados estão com os status ativo.

Gráfico 24: Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculado no ICED-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022

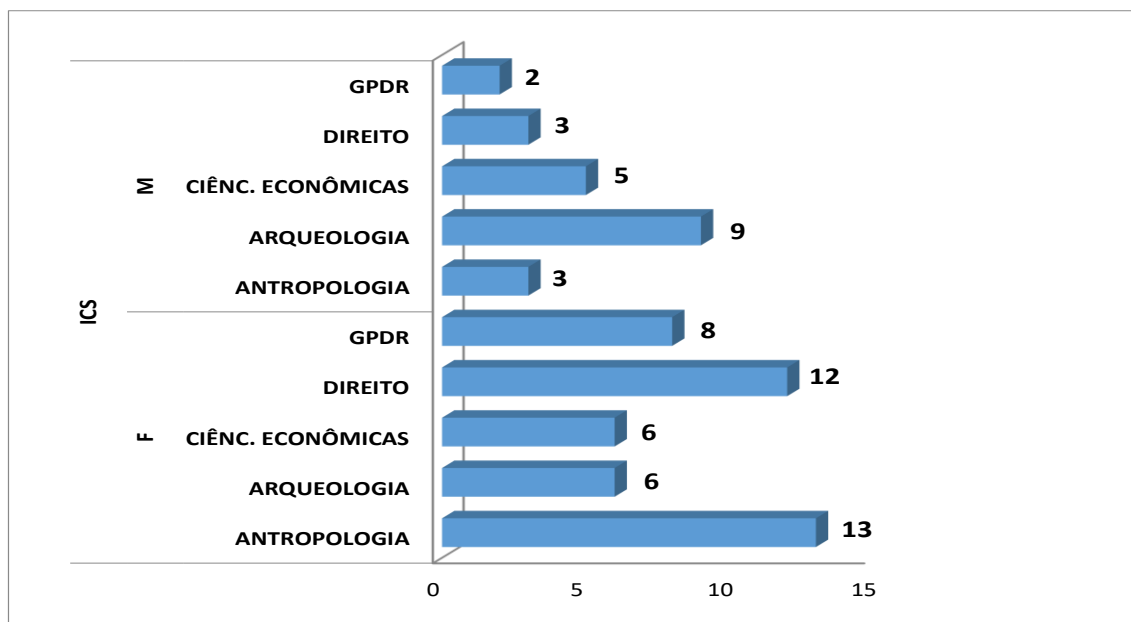


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ICED os cursos com maior número de estudantes quilombolas do sexo feminino matriculados são os cursos de: Pedagogia 14 (quatorze) alunos; Informática Educacional 13 (treze) alunos; Geografia e Ciências Biológicas 9 (nove) alunos cada;

enquanto o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Matemática e Física 5 (cinco) é o curso com maior número de estudantes quilombolas do sexo masculino matriculados.

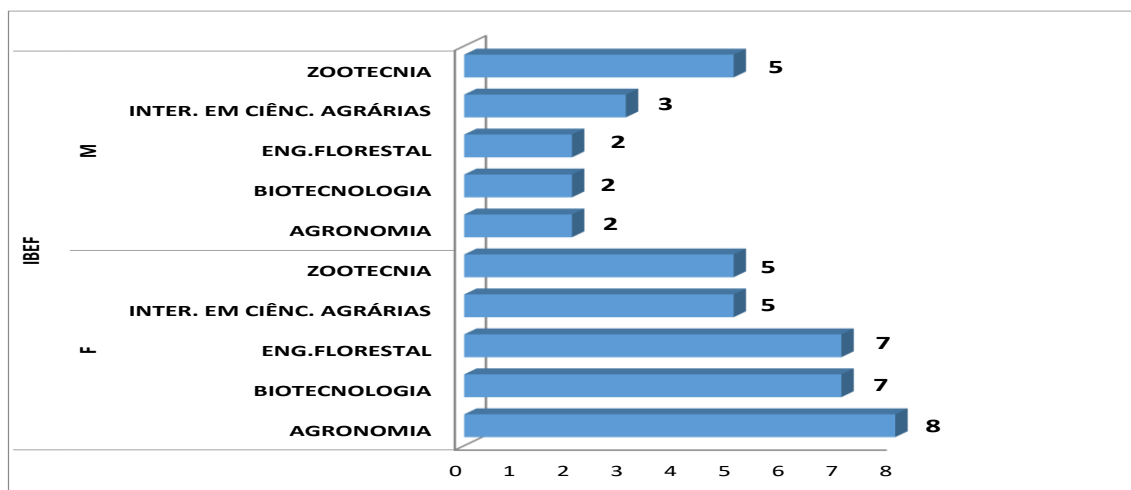
Gráfico 25: Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no ICS-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ICS a presença feminina é maior nos cursos de: Direito 12 (doze) alunos e Antropologia 13 (treze) alunos, porém o curso de Arqueologia 9 (nove) é o curso com o maior número de estudantes quilombolas matriculados do sexo masculino.

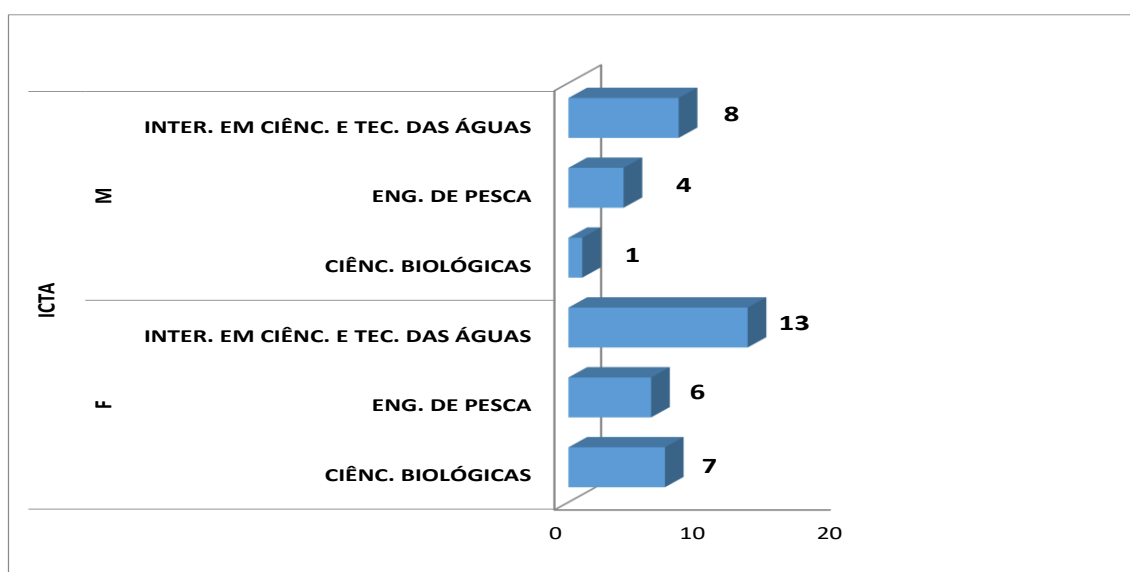
Gráfico 26: Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no IBEF-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No IBEF o quantitativo maior de estudantes do sexo feminino matriculados é no curso de Agronomia 8 (oito) alunas; Engenharia Florestal e Biotecnologia 7 (sete) alunas; O curso de Zootecnia portanto tem um total de 5 (cinco) estudantes do sexo masculino.

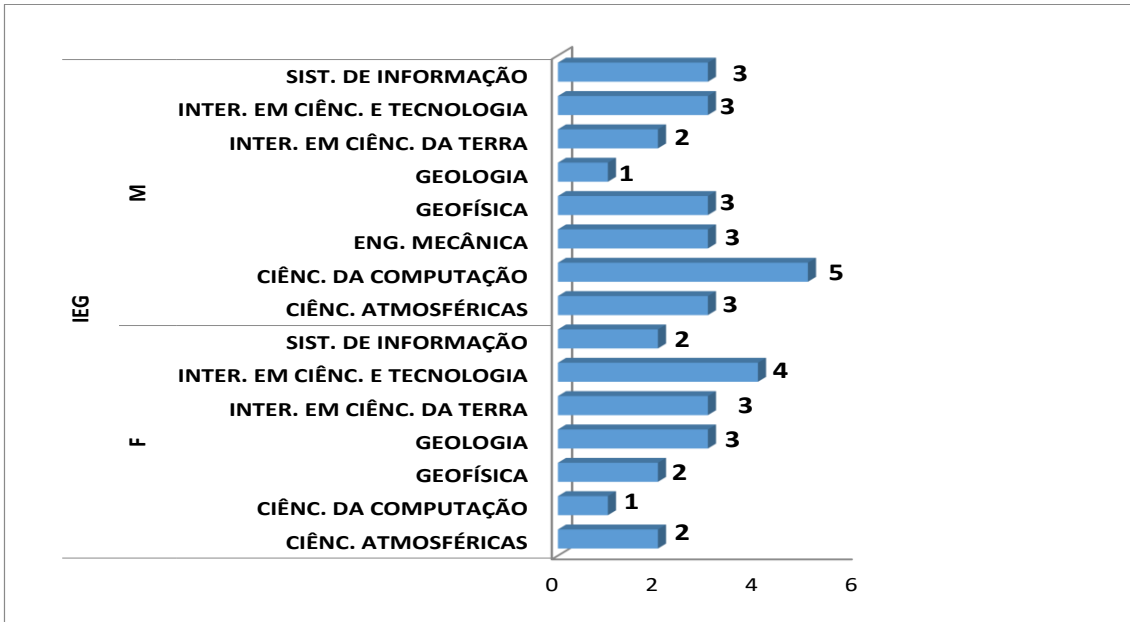
Gráfico 27: Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no ICTA-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ICTA há um grande quantitativo de mulheres inscritas nos cursos, sendo: Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas 13 (treze) alunas; Ciências Biológicas 7 (sete) alunas. Quantitativo bem significativo para estudantes do sexo masculino nos cursos de: Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas 8 (oito) alunos, seguido de Engenharia da Pesca 4 (quatro) alunos.

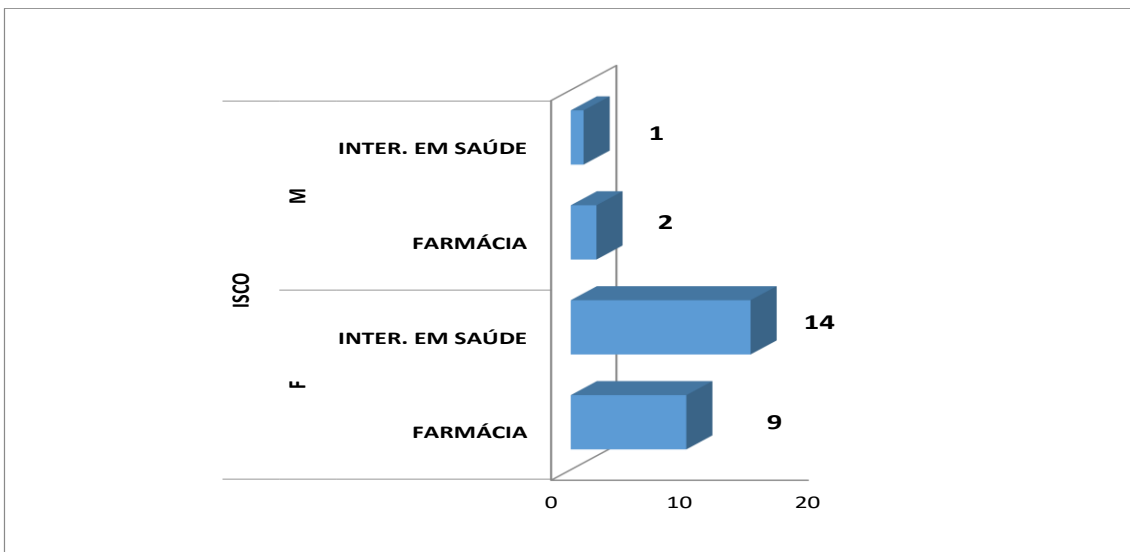
Gráfico 28: Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no IEG-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No IEG o equilíbrio em relação ao quantitativo de estudantes quilombolas matriculados por curso, tanto do sexo masculino, quanto do sexo feminino, é equilibrado, com destaque apenas para o curso de Ciências da Computação 5 (cinco) estudantes do sexo masculino matriculado e Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia 4 (quatro) estudantes do sexo feminino. É um dos institutos com o menor número de estudantes matriculados.

Gráfico 29: Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no ISCO-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022

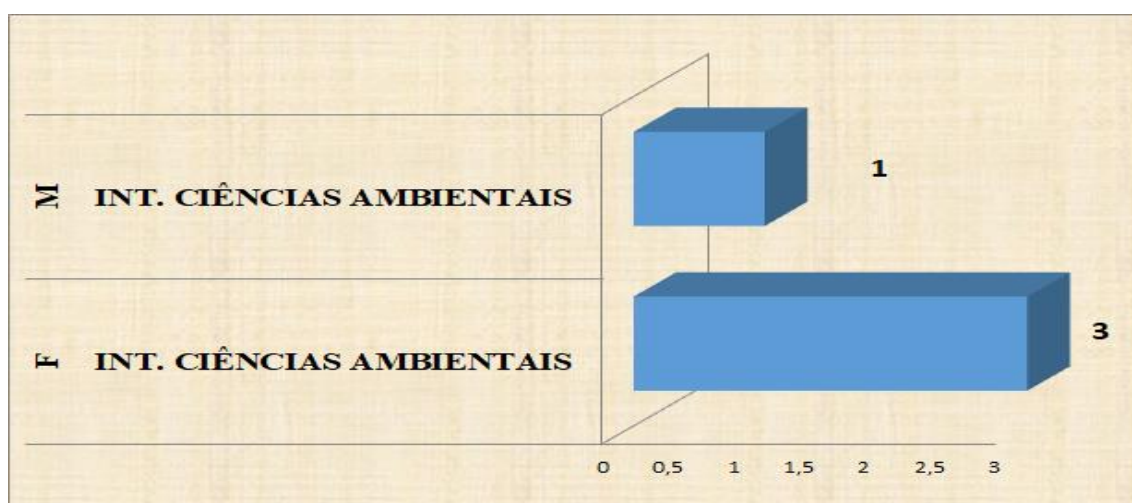


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

No ISCO a quantitativo de estudantes quilombolas matriculados nos cursos de Interdisciplinar em Saúde 14 (quatorze) alunas e Farmácia 09 (nove) alunas é quantitativo soberano da mulher quilombola, enquanto apenas 03 (três) estudantes do sexo masculino estão matriculados nesse instituto.

Como mencionado anteriormente, chama a atenção o número expressivo das mulheres quilombolas nas universidades, essa presença também está relacionada aos cursos que são ofertados por cada instituto na UFOPA, como por exemplo: o curso Interdisciplinar em Saúde (ISCO), Interdisciplinar em Ciências das Águas (ICTA), Direito (ICS), Antropologia (ICS), Pedagogia, Informática Educacional, Geografia e Ciências Biológicas (ICED) e Biotecnia e Agronomia (IBEF). Enquanto os homens são maioria apenas em um instituto, o IEG, no Curso de Ciências da Computação. Isso reforça a importância da mulher negra/quilombola, se firmar dentro da sociedade e ocupar cada vez mais o seu espaço dentro da sociedade.

Gráfico 30: Sexo por curso dos estudantes quilombolas matriculados no IFII-Campus UFOPA - Santarém entre 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGAA fornecidos pela PROGES – UFOPA, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o perfil social e racial do estudante quilombola matriculado na UFOPA, campus Santarém-Pará, obtivemos algumas informações relevantes quanto à presença desse grupo na universidade, do ano de 2018 a 2022, um total de 311 estudantes aparecem matriculados na universidade, isso reforça a importância da

política de ações afirmativas e o cumprimento da lei de cotas, bem como a participação desse público alvo em todos os cursos de graduação da universidade e diversidade étnico racial de Santarém. No entanto um dado importante chama a atenção, 36 (trinta seis) estudantes aparecem com a matrícula suspensa ou cancelada, o que causa preocupação, pois não obtivemos uma resposta mais plausível sobre essa situação por parte da universidade.

Verificamos também uma presença bem participativa de estudantes quilombolas do sexo feminino, esse dado é importante pois reforça o papel da mulher negra e quilombola em ocupar seus espaços, seja ele no quilombo ou na universidade, a mulher quilombola representa uma teia de relações que se fortalecem sempre que uma ou duas mulheres quilombolas se juntam. Sabemos que não só as mulheres quilombolas, mas as mulheres de um modo geral têm enfrentado desafios históricos, como o preconceito, a marginalização e a falta de oportunidades educacionais, o que torna sua presença no ensino superior ainda mais significativa. Sua presença exerce um papel fundamental para a valorização da cultura afro-brasileira e para a desconstrução de estereótipos e preconceito em relação às comunidades quilombolas. Além disso, a presença da mulher quilombola na UFOPA traz uma perspectiva única e emancipadora, pois muda também a concepção enraizada há décadas de que “lugar de mulher” é na cozinha e o acesso desse grupo no ensino superior vai cada vez mais crescendo a cada processo seletivo, essa ação transformadora ocorre também em suas comunidades promovendo o desenvolvimento e o empoderamento dessas mulheres.

Ao que se refere à presença dos estudantes quilombolas na UFOPA, as informações ainda são mínimas, mesmo assim foram bastante relevantes em relação à presença dos estudantes nos cursos de graduação, algumas informações não foram possíveis de formular, como por exemplo, qual a comunidade de origem desse estudante quilombola, uma vez que no ato da inscrição online o candidato ao se inscrever, informa também seu quilombo de origem, essa informação nos ajudaria a compreender quais os quilombos com maior número de alunos matriculados e permitiria também ao movimento quilombola fazer um acompanhamento do desempenho acadêmico desse aluno. Ao que se refere aos auxílios financeiros disponibilizados pela universidade, não obtivemos informações se esses alunos que ingressaram em 2018 a 2022, estão recebendo algum tipo de auxílio e quais auxílios eles recebem, também não obtivemos informações referentes à participação desses estudantes em bolsas de pesquisa e extensão.

Destacamos a importância de se ter uma universidade pluriétnica no meio da Amazônia e que se dispõem ao acolhimento e permanência das populações que aqui residem, seja ele indígena, quilombola, pescador ou lavrador, esse processo de crescimento se fortalecerá sempre que a construção for coletiva, assim a universidade se tornará, além de um espaço de conhecimento, um ambiente acolhedor e transformador para a comunidade acadêmica de um modo geral, formando cidadãos com caráter humano e transformador para a sociedade, assim, sem muitas informações sobre a presença dos estudantes quilombolas da UFOPA de 2018 a 2022, não é possível tirar conclusões específicas. No entanto, é importante notar que a presença de estudantes quilombolas na universidade é resultado do esforço coletivo em promover a inclusão e a diversidade no ensino superior. Esses estudantes, apesar de enfrentarem um contexto específico em relação a sua origem, é importante que a universidade aprimore as políticas de ações afirmativas e ofereçam suporte e recursos adequados para garantir a sua permanência e o seu sucesso acadêmico.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Sharyse Piroupo do. História do negro no Brasil / Sharyse Piroupo do Amaral. – Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011
- BARROS. Márcio Júnior Benassuly. Santarém: Dinâmicas da ocupação e uso do território, 2021.
- CARNEIRO, Denize de Souza; COLARES, Paula de Matos. Vivências do compartilhar: Um registro da experiência do evento Comunicação Indígena – UFOPA, 2021. Revista Cocar.V.15N.31/2021p.1-20 ISSN:2237- 0315 Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3831/1819>. Visitado em 22/10/2023, as 11h
- EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI; Coordenação Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais

FRANÇA, Luis Fernando de; SANTOS, Iris Rosane de Jesus; PINTO, José Henrique de Jesus. Perfil social e racial dos(as) estudantes quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA (2015-2018), Revista Cocar. V.14 N.30 Set./Dez./ 2020 p. 1-20
ISSN: 2237-0315. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3319>. Visitado em 13/10/2023, as 19:45h

FREITAS, Jefferson B. de; PORTELA, Poema; FERES JÚNIOR, João; SÁ, Izabele & LIMA, Louise. As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2003-2018). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2021, p. 1-44.

LIMA, Maria Edinalva Souza de: Formação básica indígena: O impacto no desempenho acadêmico de estudantes ingressantes pelo processo seletivo especial indígena da Ufopa de 2014 a 2018 – Maria Edinalva Souza de Lima, 2022. 168 p.:il. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.

MELO, Tiara Santos. Democratização do ensino superior: Acesso e permanência de estudantes quilombolas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ Tiara Santos Melo – Salvador – 2018, 138f. dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a universidade). Universidade Federal da Bahia, INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS, 2018.

MONTEIRO, H.; BOAVENTURA, I.; ALVES, R. Entrevista com Estudantes Representantes de Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia. Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, Goiânia, Brasil, v. 25, n. 2, p. 297–309, 2015. DOI: 10.18224/frag.v25i2.4189. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4189>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MUNANGA, K. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania (SD). Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br> . Visitado em 12/11/2023, as 16:20h

OLIVEIRA, Kátia Regina Morais de: LÁ VEM OS PRETOS DO AMÉRICA: discursividades de mulheres quilombolas sobre os desafios e perspectivas na escolarização da Educação Básica para seus projetos de vida no quilombo do América em Bragança-PA-UFPA, 2022

PIMENTA, J. C., NASCIMENTO E. C. S. A Educação Escolar na Comunidade Quilombola São Félix em Cantagalo - Minas Gerais. In SILVA, A. J. N. Da; SILVA FILHO, V. C. S. (Orgs) (Des) Estímulos às Teorias, Conceitos e Práticas da Educação 4", capítulo 22, p.196, editora Atena, 2021 disponível e-books: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/4295>. Acesso em 10/11/2023, 10:45h

PROTOCOLO DE CONSULTA QUILOMBOLA. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/PROTOCOLO_CONSULTA_WEB-min.pdf. Visitado em 06/11/2023, 18:20h

RANDÃO, Carlos da Fonseca. As Cotas na Universidade Pública Brasileira: será esse o caminho? Campinas: Autores Associados, 2005.

RODRIGUES, Yuane Moura Soares. Do quilombo à universidade: políticas de acesso e permanência de quilombolas na UFT, 2021. Monografia de Graduação- Universidade Federal de Tocantins – Campus Universitário de Arraias – Curso de Pedagogia, 2021.

ROMÃO, Jeruse. História da Educação do Negro e outras histórias.Organização: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005

SARMENTO, Ana Maria Silva. Protocolo de consulta prévia: instrumento de diálogo e de fortalecimento das comunidades quilombolas do Maicá, Santarém - PA / Ana Maria Silva Sarmento. – Santarém, 2019. 217 fls.: il. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

SILVA, Andréa Rosalina; PEREIRA, Daiane da Fonseca; RODRIGUES, Tatiane Cosentino “Insurgências Quilombolas” dos bancos escolares às universidades públicas brasileiras: o caso da Comunidade Quilombola Fazenda Candéal II (Bahia); – p. 156-180; VENTURINI, A. C. A. Ações Afirmativas nos Programas de Pós-graduação Acadêmicos de Universidades Públicas (jan/2002 a jan/2018). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), Rio de Janeiro, p. 1-31, 2019. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/levantamentos/acoes-afirmativas-nos-programas-de-pos-graduacao-academicos-de-universidades-publicas/>. Acesso em: 19/11/2023, as 15:35h

SILVA, Souza e Marluce; Revista direitos, Trabalho e Política Social- Trabalho e violação de direitos humanos no conflito de reestruturação/ Universidade Federal de Mato Grosso ;– Vol. 5, n. 8 (jan./jun. 2019)- . – Cuiabá : UFMT, 2015, p. 232 .

SOUZA, Agriane Caldeira. Território, racismo e política de ações afirmativas na UFOPA - Santarém/Pará / Agriane Caldeira Souza - Santarém, 2019.76f.: il. Trabalho

de Conclusão de Curso (Graduação) -Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Ciências Humanas, Curso de Geografia

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. CURSINHO QUILOMBOLA-UFOPA. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/cursinho-prepara-quilombolas-para-ingresso-na-ufopa/> visitado em 07/02/2024, 12:09h

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFOPA. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/ensino/cursos-de-graduacao-2/> visitado em 08/02/2024, 12:24h

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. EDITAL DO PROCESSO SELETIVO ESPECIAL QUILOMBOLA 2018 a 2022-UFOPA. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/processos-seletivos-especiais-indigena-e-quilombola-continuam-no-formato-online/> visitado em 23/11/2023, 11:30h

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. Edital n° 31/2021/PROGES.(Concessão de Chips de Internet móvel) Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/proges/comunica/noticias/inscricoes-para-edital-deconcessao-de-chips-de-internet-movel-estao-abertas-ate-10-de-novembro>. Visitado em: 10/10/2023, 14:15h

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa-2018-2023, Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2020/766ea1d5a36f6bde3acdc4b46199218e.pdf>. Visitado em 16/12/2023, as 15:20h

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. PROCESSOS SELETIVOS ESPECIAIS INDÍGENA E QUILOMBOLA CONTINUAM NO FORMATO ONLINE. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/processos-seletivos-especiais-indigena-e-quilombola-continuam-no-formato-online>. Visitado em 10/10/2023, 16h

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2023/2807d7e83f07aa0794a080d96ab1f1f2.pdf>. Visitado em 12/10/2023, 11h

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. RACISMO NA UNIVERSIDADE? Orientações para promoção da igualdade étnico-racial e superação do racismo – UFOPA, 2021. Disponível em: <file:///D:/Cartilha%20Sobre%20Racismo.pdf>. Visitado em 20/12/2023, as 14:10h

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. RELATORIO ANUAL DE ATIVIDADES DA UFOPA-2022. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2023/285c3bd77c36ad9d7787ffcd4beed78c.pdf>. Visitado em 12/10/2023, 14:35h

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Para. RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFOPA-2021. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/proplan/prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-da-ufopa>, visitado em 07/11/2023, 12:34h

UFPA. Universidade Federal do Para. O I Relatório Institucional de Acompanhamento dos Estudantes Ingressantes Do Processo Seletivo Especial Indígenas e Quilombolas – UFPA, 2022. Disponível em: <https://www.proeg.ufpa.br/images/conteudo/I-Relatorio-Institucional-PSE-IQ.pdf>, visitado em 08/03/2024, 12:20h

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192, visitado em 07/03/2024, 14:20h

Paula de Mattos Colares, Denize de Souza Carneiro e Hector Renan da Silveira Calixto (Organizadores) 2021: POLÍTICAS, CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA UNIVERSIDADE AMAZÔNICA. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/iced/documentos/2021/3787635f195498ab2fb5808e3a3f84e7.pdf>, visitado em 09/05/2024, 11:39h